



DOCUMENTOS BATISTAS

PACTO E COMUNHÃO

Documentos Batistas

Pacto e Comunhão é um precioso conjunto de documentos elaborados à luz da Bíblia que funcionam como faróis que norteiam o caminho dos crentes batistas.

Composto pelo Pacto das Igrejas Batistas, pela Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira (CBB), pelos Princípios Batistas, por um Resumo Histórico e pela Filosofia da CBB, *Pacto e Comunhão* é um livro obrigatório para que os batistas brasileiros possam reafirmar sua fé nos valores bíblicos fundamentais e assim anunciar Jesus Cristo como Senhor e Salvador.

PACTO E COMUNHÃO



Convicção
Editora



Convicção
Editora



Sócrates Oliveira de Souza
(organizador)

PACTO E COMUNHÃO

Documentos Batistas

Convicção
Editora



Sócrates Oliveira de Souza
(organizador)

PACTO E COMUNHÃO

Documentos Batistas

2010
Rio de Janeiro

2ª edição

Convicção
Editora

Todos os direitos reservados. Copyright © 2010 da Convicção Editora

Direção geral e organização **Sócrates Oliveira de Souza**

Direção editorial **Macéias Nunes**

Assistente editorial **Sandra Regina Bellonce do Carmo**

Arte **oliverartelucas**

P121 p Pacto e comunhão: documentos batistas / organização de Sócrates Oliveira de Souza .- Rio de Janeiro: Convicção, 2010 .

124p. ; 21cm.- (Série documentos batistas; 1).

1. Convenção Batista Brasileira ----- Declaração doutrinária. 2. Batistas ----- Catecismos e credos. 3. Convenção Batista Brasileira ----- Documentos. I. Souza, Sócrates de Oliveira, org. II. Série.

CDD 238.6

Índice para catálogo sistemático:

1. Batistas: história: 286.109

ISBN: 978-85-61016-14-2

2ª Edição: 2010

Tiragem: 2.000

Convicção Editora

Rua: Senador Furtando, 56 – Praça da Bandeira

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20270-020

Telefone: (21) 2157-5557 –

E-mail: falecom@conviccaeditora.com.br

www.conviccaeditora.com.br

Sumário

Apresentação.....	7
I - Pacto das Igrejas Batistas.....	9
II - Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira	11
III - Princípios batistas	35
IV - Quem são os batistas? Resumo histórico.....	55
V - Filosofia da Convenção Batista Brasileira.....	67
VI - Respostas às perguntas mais frequentemente sobre quem são os Batistas.....	113

Apresentação

“Nós acreditamos que, para fazermos deste mundo um lugar melhor de se viver, devemos estar totalmente comprometidos com a busca infindável por excelência nas importantes tarefas que procuramos realizar”.¹

É realmente com grande júbilo que, como Convenção Batista Brasileira, fazemos chegar a todos os membros das igrejas batistas do Brasil esta compilação singular documentos sob o título “Pacto e Comunhão”. Além da satisfação, entendemos que está implícito em nossa declaração de missão fazer conhecidos, para alguns, e lembrados, para outros, todos estes textos que, à luz da Bíblia, norteiam nossa denominação.

A publicação de “Pacto e Comunhão”, mais do que um livro sobre princípios e doutrinas, constitui-se em um precioso conjunto de documentos dos batistas que, ao longo dos anos, têm estado sob a custódia editorial da Convenção Batista Brasileira.

Declaração doutrinária, princípios, declaração de missão, valores e pacto funcionam como faróis que orientam os crentes batistas a manterem, à luz da Bíblia, a unidade como denomina-

1 Declaração de excelência da empresa americana Celestial Seasonings

ção, já que nosso sistema de governo eclesiástico é democrático e congregacional. Assim cada igreja é autônoma, tem governo democrático, pratica a disciplina e rege-se pela Palavra de Deus em todas as questões espirituais, doutrinárias e éticas, sob a orientação do Espírito Santo.

A publicação de “Pacto e Comunhão” é mais que a realização de um sonho, pois atende a uma determinação da 83ª Assembleia da Convenção Brasileira realizada no Recife (PE), em janeiro de 2002, e mais do que atender a esta determinação responde ao desejo e anseio de milhares de Batistas em todas as partes de nosso país.

Os documentos aqui publicados são de grande valor histórico-doutrinário e já foram publicados separadamente. Recentemente, alguns deles foram publicados por algumas convenções estaduais. Sempre houve, no entanto, um clamor por uma publicação com a chancela da Convenção Batista Brasileira, o que se materializa nesta publicação.

Nossa expectativa é que a leitura destes documentos possa fazer com que todos os Batistas brasileiros possam reafirmar sua fé nos valores bíblicos fundamentais e assim, de forma intrépida, anunciar Jesus Cristo, a Única Esperança.

Pr. Sócrates Oliveira de Souza
Organizador



Pacto das Igrejas Batistas

Tendo sido levados pelo Espírito Santo a aceitar a Jesus Cristo como único e suficiente Salvador, e batizados, sob profissão de fé, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, decidimo-nos, unânimes, como um corpo em Cristo, firmar, solene e alegremente, na presença de Deus e desta congregação, o seguinte Pacto: Comprometemo-nos a, auxiliados pelo Espírito Santo, andar sempre unidos no amor cristão; trabalhar para que esta igreja cresça no conhecimento da Palavra, na santidade, no conforto mútuo e na espiritualidade; manter os seus cultos, suas doutrinas, suas ordenanças e sua disciplina; contribuir liberalmente para o sustento do ministério, para as despesas da igreja, para o auxílio dos pobres e para a propaganda do evangelho em todas as nações. Comprometemo-nos, também, a manter uma devoção particular; a evitar e condenar todos os vícios; a educar religio-

samente nossos filhos; a procurar a salvação de todo o mundo, a começar dos nossos parentes, amigos e conhecidos; a ser corretos em nossas transações, fiéis em nossos compromissos, exemplares em nossa conduta e ser diligentes nos trabalhos seculares; evitar a detração, a difamação e a ira, sempre e em tudo visando à expansão do reino do nosso Salvador. Além disso, comprometemo-nos a ter cuidado uns dos outros; a lembrarmos-nos uns dos outros nas orações; ajudar mutuamente nas enfermidades e necessidades; cultivar relações francas e a delicadeza no trato; estar prontos a perdoar as ofensas, buscando, quando possível, a paz com todos os homens. Finalmente, nos comprometemos a, quando sairmos desta localidade para outra, nos unirmos a uma outra igreja da mesma fé e ordem, em que possamos observar os princípios da Palavra de Deus e o espírito deste Pacto. O Senhor nos abençoe e nos proteja para que sejamos fiéis e sinceros até a morte.



Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira

INTRODUÇÃO

Os discípulos de Jesus Cristo que vieram a ser designados pelo nome batista se caracterizavam pela sua fidelidade às Escrituras e por isso só recebiam em suas comunidades, como membros atuantes, pessoas convertidas pelo Espírito Santo de Deus. Somente essas pessoas eram por eles batizadas e não reconheciam como válido o batismo administrado na infância por qualquer grupo cristão, pois, para eles, crianças recém-nascidas não podiam ter consciência de pecado, regeneração, fé e salvação. Para

adotarem essas posições eles estavam bem fundamentados nos Evangelhos e nos demais livros do Novo Testamento. A mesma fundamentação tinham todas as outras doutrinas que professavam. Mas sua exigência de batismo só de convertidos é que mais chamou a atenção do povo e das autoridades, daí derivando a designação “batista” que muitos supõem ser uma forma simplificada de “anabatista”, “aquele que batiza de novo”.

A designação surgiu no século 17, mas aqueles discípulos de Jesus Cristo estavam espiritualmente ligados a todos os que, através dos séculos, procuraram permanecer fiéis aos ensinamentos das Escrituras, repudiando, mesmo com risco da própria vida, os acréscimos e corrupções de origem humana.

Através dos tempos, os batistas se têm notabilizado pela defesa destes princípios:

- 1º) A aceitação das Escrituras Sagradas como única regra de fé e conduta.
- 2º) O conceito de igreja como sendo uma comunidade local democrática e autônoma, formada de pessoas regeneradas e bíblicamente batizadas.
- 3º) A separação entre igreja e Estado.
- 4º) A absoluta liberdade de consciência.
- 5º) A responsabilidade individual diante de Deus.
- 6º) A autenticidade e apostolicidade das igrejas.

Caracterizam-se também os batistas pela intensa e ativa cooperação entre suas igrejas. Não havendo nenhum poder que possa constranger a igreja local, a não ser a vontade de Deus, manifestada através de seu Santo Espírito, os batistas, baseados nesse princípio da cooperação voluntária das igrejas, realizam uma obra geral de missões, em que foram pioneiros entre os evangélicos nos tempos modernos; de evangelização, de educa-

ção teológica, religiosa e secular; de ação social e de beneficência. Para a execução desses fins, organizam associações regionais e convenções estaduais e nacionais, não tendo estas, no entanto, autoridade sobre as igrejas; devendo suas resoluções ser entendidas como sugestões ou apelos.

Para os batistas, as Escrituras Sagradas, em particular o Novo Testamento, constituem a única regra de fé e conduta, mas, de quando em quando, as circunstâncias exigem que sejam feitas declarações doutrinárias que esclareçam os espíritos, dissipem dúvidas e reafirmem posições. Cremos estar vivendo um momento assim no Brasil, quando uma declaração desse tipo deve ser formulada, com a exigência insubstituível de ser rigorosamente fundamentada na Palavra de Deus. É o que faz agora a Convenção Batista Brasileira, nos 19 artigos que seguem:

I - Escrituras Sagradas

A Bíblia é a Palavra de Deus em linguagem humana.¹ É o registro da revelação que Deus fez de si mesmo aos homens.² Sendo Deus seu verdadeiro autor, foi escrita por homens inspirados e dirigidos pelo Espírito Santo.³ Tem por finalidade revelar os propósitos de Deus, levar os pecadores à salvação, edificar os crentes e promover a glória de Deus.⁴ Seu conteúdo é a verdade, sem mescla de erro, e por isso é um perfeito tesouro de instrução divina.⁵ Revela o destino final do mundo e os critérios pelo qual Deus julgará todos os homens.⁶ A Bíblia é a autoridade única em matéria de religião, fiel padrão pelo qual devem ser aferidas as doutrinas e a conduta dos homens.⁷ Ela deve ser interpretada sempre à luz da pessoa e dos ensinamentos de Jesus Cristo.⁸

¹ Sl 119.89; Hb 1.1; Is 40.8; Mt 24.35; Lc 24.44,45; Jo 10.35; Rm 3.2; 1Pe 1.25; 2Pe 1.21

² Is 40.8; Mt 22.29; Hb 1.1,2; Mt 24.35; Lc 24.44,45; 16.29; Rm 16.25,26; 1Pe 1.25

³ Ex 24.4; 2Sm 23.2; At 3.21; 2Pe 1.21

⁴ Lc 16.29; Rm 1.16; 2Tm 3.16,17; 1Pe 2.2; Hb 4.12; Ef 6.17; Rm 15.4

⁵ Sl 19.7-9; 119.105; Pv 30.5; Jo 10.35; 17.17; Rm 3.4; 15.4; 2Tm 3.15-17

⁶ Jo 12.47,48; Rm 2.12,13

⁷ 2Cr 24.19; Sl 19.7-9; Is 34.16; Mt 5.17,18; Is 8.20; At 17.11; Gl 6.16; Fp 3.16; 2Tm 1.13

⁸ Lc 24.44,45; Mt 5.22,28,32,34,39; 17.5; 11.29,30; Jo 5.39,40; Hb 1.1,2; Jo 1.1,2,14

II - Deus

O único Deus vivo e verdadeiro é Espírito pessoal, eterno, infinito e imutável; é onipotente, onisciente, e onipresente; é perfeito em santidade, justiça, verdade e amor.¹ Ele é o criador, sustentador, redentor, juiz e Senhor da história e do universo, que governa pelo seu poder, dispondo de todas as coisas, de acordo com o seu eterno propósito e graça.² Deus é infinito em santidade e em todas as demais perfeições.³ Por isso, a ele devemos todo o amor, culto e obediência.⁴ Em sua trindade, o eterno Deus se revela como Pai, Filho e Espírito Santo, pessoas distintas mas sem divisão em sua essência.⁵

¹ Dt 6.4; Jr 10.1; Sl 139; 1Co 8.6; 1Tm 2.5,6; Ex 3.14; 6.2,3; Is 43.15; Mt 6.9; Jo 4.24; 1Tm 1.17; Ml 3.6; Tg 1.17; 1Pe 1.16,17

² Gn 1.1; 17.1; Ex 15.11-18; Is 43.3; At 17.24-26; Ef 3.11; 1Pe 1.17

³ Ex 15.11; Is 6.2; 57.15; Jó 34.10

⁴ Mt 22.37; Jo 4.23,24; 1Pe 1.15,16

⁵ Mt 28.19; Mc 1.9-11; 1Jo 5.7; Rm 15.30; 2Co 13.13; Fp 3.3

1 - Deus Pai

Deus, como Criador, manifesta disposição paternal para com todos os homens.¹ Historicamente ele se revelou primeiro como pai ao povo de Israel, que escolheu consoante os propósitos de sua graça.² Ele é Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, a quem enviou a este mundo para salvar os pecadores e deles fazer filhos por adoção.³ Aqueles que aceitam a Jesus Cristo e nele creem são feitos filhos de Deus, nascidos pelo seu Espírito, e, assim, passam a tê-lo como Pai celestial, dele recebendo proteção e disciplina.⁴

¹ Is 64.8; Mt 6.9; 7.11; At 17.26-29; 1Co 8.6; Hb 12.9

² Ex 4.22,23; Dt 32.6-18; Is 1.2,3; 63.16; Jr 31.9

³ Sl 2.7; Mt 3.17; 17.5; Lc 1.35; Jo 1.12

⁴ Mt 23.9; Jo 1.12,13; Rm 8.14-17; Gl 3.26; 4.4-7; Hb 12.6-11

2 - Deus Filho

Jesus Cristo, um em essência com o Pai, é o eterno Filho de Deus.¹ Nele, por ele e para ele foram criadas todas as coisas.² Na plenitude dos tempos ele se fez carne, na pessoa real e histórica de Jesus Cristo, gerada pelo Espírito Santo e nascido da Virgem Maria, sendo, em sua pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.³ Jesus é a imagem expressa do seu Pai, a revelação suprema de Deus ao homem.⁴ Ele honrou e cumpriu plenamente a lei divina e revelou e obedeceu toda a vontade de Deus.⁵ Identificou-se perfeitamente com os homens, sofrendo o castigo e expiando a culpa de nossos pecados, conquanto ele mesmo não tivesse pecado.⁶ Para salvar-nos do pecado, morreu na cruz, foi sepultado e ao terceiro dia ressurgiu dentre os mortos e, depois de aparecer muitas vezes a seus discípulos, ascendeu aos céus,

onde, à destra do Pai, exerce o seu eterno sumo sacerdócio.⁷ Jesus Cristo é o único Mediador entre Deus e os homens e o único e suficiente Salvador e Senhor.⁸ Pelo seu Espírito ele está presente e habita no coração de cada crente e na igreja.⁹ Ele voltará visivelmente a este mundo em grande poder e glória, para julgar os homens e consumir sua obra redentora.¹⁰

¹ Sl 2.7; 110.1; Mt 1.18-23; 3.17; 8.29; 14.33; 16.16,27; 17.5; Mc 1.1; Lc 4.41; 22.70; Jo 1.1,2; 11.27; 14.7-11; 16.28

² Jo 1.3; 1Co 8.6; Cl 1.16,17

³ Is 7.14; Lc 1.35; Jo 1.14; Cl 4.4,5

⁴ Jo 14.7-9; Mt 11.27; Jo 10.30,38; 12.44-50; Cl 1.15,19; 2.9; Hb 1.3

⁵ Is 53; Mt 5.17; Hb 5.7-10

⁶ Rm 8.1-3; Fp 2.1-11; Hb 4.14,15; 1Pe 2.21-25

⁷ At 1.6-14; Jo 19.30,35; Mt 28.1-6; Lc 24.46; Jo 20.1-20; At 2.22-24; 1Co 15.4-8

⁸ Jo 14.6; At 4.12; 1Tm 2.4,5; At 7.55,56; Hb 4.14-16; 10.19-23

⁹ Mt 28.20; Jo 14.16,17; 15.26; 16.7; 1Co 6.19

¹⁰ At 1.11; 1Co 15.24-28; 1Ts 4.14-18; Tt 2.13

3 - Deus Espírito Santo

O Espírito Santo, um em essência com o Pai e com o Filho, é pessoa divina.¹ É o Espírito da verdade.² Atuou na criação do mundo e inspirou os homens a escreverem as Sagradas Escrituras.³ Ele ilumina os homens e os capacita a compreenderem a verdade divina.⁴ No dia de Pentecostes, em cumprimento final da profecia e das promessas quanto à descida do Espírito Santo, ele se manifestou de maneira singular, quando os primeiros discípulos foram batizados no Espírito, passando a fazer parte do Corpo de Cristo que é a Igreja. Suas outras manifestações, constantes no livro Atos dos Apóstolos, confirmam a evidência

de universalidade do dom do Espírito Santo a todos os que creem em Cristo.⁵ O recebimento do Espírito Santo sempre ocorre quando os pecadores se convertem a Jesus Cristo, que os integra, regenerados pelo Espírito, à igreja.⁶ Ele dá testemunho de Jesus Cristo e o glorifica.⁷ Convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo.⁸ Opera a regeneração do pecador perdido.⁹ Sela o crente para o dia da redenção final.¹⁰ Habita no crente.¹¹ Guia-o em toda a verdade.¹² Capacita-o a obedecer a vontade de Deus.¹³ Distribui dons aos filhos de Deus para a edificação do Corpo de Cristo e para o ministério da Igreja no mundo.¹⁴ Sua plenitude e seu fruto na vida do crente constituem condições para uma vida cristã vitoriosa e testemunhante.¹⁵

¹ Gn 1.2; Jô 23.13; Sl 51.11; 139.7-12; Is 61.1-3; Lc 4.19,18; Jo 4.24; 14.16,17; 15.26; Hb 9.14; 1Jo 5.6,7; Mt 28.19

² Jo 16.13; 14.17; 15.26

³ Gn 1.2; 2Tm 3.16; 2Pe 1.21

⁴ Lc 12.12; Jo 14.16,17,26; 1Co 2.10-14; Hb 9.8

⁵ Jl 2.28-32; At 1.5; 2.1-4; Lc 24.29; At 2.41; 8.14-17; 10.44-47; 19.5-7; 1Co 12.12-15

⁶ At 2.38,39; 1Co 12.12-15

⁷ Jo 14.16,17; 16.13,14

⁸ Jo 16.8-11

⁹ Jo 3.5; Rm 8.9-11

¹⁰ Ef 4.30

¹¹ Rm 8.9-11

¹² Jo 16.13

¹³ Ef 5.16-25

¹⁴ 1Co 12.7,11; Ef 4.11-13

¹⁵ Ef 15.18-21; Gl 5.22,23; At 1.8

III - O Homem

Por um ato especial, o homem foi criado por Deus à sua imagem e conforme a sua semelhança e disso decorrem o seu valor e dignidade.¹ Seu corpo foi feito do pó da terra e para o mesmo pó há de voltar.² Seu espírito procede de Deus e para ele retornará.³ O criador ordenou que o homem domine, desenvolva e guarde a obra criada.⁴ Criado para a glorificação de Deus.⁵ Seu propósito é amar, conhecer e estar em comunhão com seu Criador, bem como cumprir sua divina vontade.⁶ Ser pessoal e espiritual, o homem tem capacidade de perceber, conhecer e compreender, ainda que em parte, intelectual e experimentalmente, a verdade revelada, e tomar suas decisões em matéria religiosa, sem mediação, interferência ou imposição de qualquer poder humano, seja civil ou religioso.⁷

¹ Gn 1.26-31; 18.22; 9.6; Sl 8.1-9; Mt 16.26

² Gn 2.7; 3.19; Ec 3.20; 12.7

³ Ec 12.7; Dn 12.2,3

⁴ Gn 1.21; 2.1; Sl 8.3-8

⁵ At 17.26-29; 1Jo 1.3,6,9

⁶ Jr 9.23,24; Mq 6.8; Mt 6.33; Jo 14.23; Rm 8.38,39

⁷ Jo 1.4-13; 17.3; Ec 5.14,17; 1Tm 2.5; Jó 19.25,26; Jr 31.3; At 5.29; Ez 18.20; Dn 12.2; Mt 25.32,46; Jo 5.29; 1Co 15; 1Ts 4.16,17; Ap 20.11-30

IV - O Pecado

No princípio o homem vivia em estado de inocência e mantinha perfeita comunhão com Deus.¹ Mas, cedendo à tentação de Satanás, num ato livre de desobediência contra seu Criador, o homem caiu no pecado e assim perdeu a comunhão com Deus

e dele ficou separado.² Em consequência da queda de nossos primeiros pais, todos somos, por natureza, pecadores e inclinados à prática do mal.³ Todo pecado é cometido contra Deus, sua pessoa, sua vontade e sua lei.⁴ Mas o mal praticado pelo homem atinge também o seu próximo.⁵ O pecado maior consiste em não crer na pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus, como salvador pessoal.⁶ Como resultado do pecado, da incredulidade e da desobediência do homem contra Deus, ele está sujeito à morte e à condenação eterna, além de se tornar inimigo do próximo e da própria criação de Deus.⁷ Separado de Deus, o homem é absolutamente incapaz de salvar-se a si mesmo e assim depende da graça de Deus para ser salvo.⁸

¹ Gn 2.15-17; 3.8-10; Ec 7.29

² Gn 3; Rm 5.12-19; Ef 2.12; Rm 3.23

³ Gn 3.12; Rm 5.12; Sl 51.15; Is 53.6; Jr 17.5; Rm 1.18-27; ³.10-19; 7.14-25; Gl 3.22; Ef 2.1-3

⁴ Sl 51.4; Mt 6.14; Rm 8.7-22

⁵ Mt 6.14,15; 18.21-35; 1Co 8.12; Tg 5.16

⁶ Jo 3.36; 16.9; 1Jo 5.10-12

⁷ Rm 5.12-19; 6.23; Ef 2.5; Gn 3.18; Rm 8.22

⁸ Rm 3.20; Gl 3.10,11; Ef 2.8,9

V - Salvação

A salvação é outorgada por Deus pela sua graça, mediante arrependimento do pecador e da sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor.¹ O preço da redenção eterna do crente foi pago de uma vez por Jesus Cristo, pelo derramamento do seu sangue na cruz.² A salvação é individual e significa a redenção do homem na inteireza do seu ser.³ É um dom gratuito que Deus

oferece a todos os homens e que compreende a regeneração, a justificação, a santificação e a glorificação.⁴

¹ Sl 37.39; Is 55.5; Sf 3.17; Tt 2.9-11; Ef 2.8,9; At 15.11; 4.12

² Is 53.4-6; 1Pe 1.18-25; 1Co 6.20; Ef 1.7; Ap 5.7-10

³ Mt 116.24; Rm 10.13; 1Ts 5.23,24; Rm 5.10

⁴ Rm 6.23; Hb 2.1-4; Jo 3.14; 1Co 1.30; At 11.18

A regeneração é o ato inicial da salvação em que Deus faz nascer de novo o pecador perdido, dele fazendo uma nova criatura em Cristo. É obra do Espírito Santo em que o pecador recebe o perdão, a justificação, a adoção como filho de Deus, a vida eterna e o dom do Espírito Santo. Nesse ato o novo crente é batizado no Espírito Santo, é por ele selado para o dia da redenção final e é liberto do castigo eterno dos seus pecados.¹ Há duas condições para o pecador ser regenerado: arrependimento e fé. O arrependimento implica mudança radical do homem interior, por força do que ele se afasta do pecado e se volta para Deus. A fé é a confiança e aceitação de Jesus Cristo como Salvador e a total entrega da personalidade a ele por parte do pecador.² Nessa experiência de conversão o homem perdido é reconciliado com Deus, que lhe concede perdão, justiça e paz.³

¹ Dt 30.6; Ez 36.26; Jo 3.3-5; 1Pe 1.3; 2Co 5.17; Ef 4.20-24

² Tt 3.5; Rm 8.2; Jo 1.11-13; Ef 4.32; At 11.17

³ 2Co 1.21,22; Ef 4.30; Rm 8.1; 6.22

A justificação, que ocorre simultaneamente com a regeneração, é o ato pelo qual Deus, considerando os méritos do sacrifício de Cristo, absolve, no perdão, o homem de seus pecados e o declara justo, capacitando-o para uma vida de retidão diante de

Deus e de correção diante dos homens.¹ Essa graça é concedida não por causa de quaisquer obras meritórias praticadas pelo homem mas por meio de sua fé em Cristo.²

¹ Is 53.11; Rm 8.33; 3.24

² Rm 5.1; At 13.19; Mt 9.6; 2Co 5.31; 1Co 1.30

³ Gl 5.22; Fp 1.9-11

A santificação é o processo que, principiando na regeneração, leva o homem à realização dos propósitos de Deus para sua vida e o habilita a progredir em busca da perfeição moral e espiritual de Jesus Cristo, mediante a presença e o poder do Espírito Santo que nele habita.¹ Ela ocorre na medida da dedicação do crente e se manifesta através de um caráter marcado pela presença e pelo fruto do Espírito, bem como por uma vida de testemunho fiel e serviço consagrado a Deus e ao próximo.²

¹ Jo 17.17; 1Ts 4.3; 5.23; 4.7

² Pv 4.18; Rm 12.1,2; Fp 2.12,13; 2Co 7.1; 3.18; Hb 12.14; Rm 6.19

A glorificação é o ponto culminante da obra da salvação.¹ É o estado final, permanente, da felicidade dos que são redimidos pelo sangue de Cristo.²

¹ Rm 8.30; 2Pe 1.10,11; 1Jo 3.2; Fp 3.12; Hb 6.11

² 1Co 13.12; 1Ts 2.12; Ap 21.3,4

VI - Eleição

Eleição é a escolha feita por Deus, em Cristo, desde a eternidade, de pessoas para a vida eterna, não por qualquer mérito.

to, mas segundo a riqueza da sua graça.¹ Antes da criação do mundo, Deus, no exercício da sua soberania divina e à luz de sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que, no correr dos tempos, aceitariam livremente o dom da salvação.² Ainda que baseada na soberania de Deus, essa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os homens.³ A salvação do crente é eterna. Os salvos perseveram em Cristo e estão guardados pelo poder de Deus.⁴ Nenhuma força ou circunstância tem poder para separar o crente do amor de Deus em Cristo Jesus.⁵ O novo nascimento, o perdão, a justificação, a adoção como filhos de Deus, a eleição e o dom do Espírito Santo asseguram aos salvos a permanência na graça da salvação.⁶

¹ Gn 12.1-3; Ex 19.5,6; Ez 36.22,23,32; 1Pe 1.2; Rm 9.22-24; 1Ts 1.4

² Rm 8.28-30; Ef 1.3-14; 2Ts 2.13,14

³ Dt 30.15-20; Jo 15.16; Rm 8.35-39; 1Pe 5.10

⁴ Jo 3.16,36; Jo 10.28,29; 1Jo 2.19

⁵ Mt 24.13; Rm 8.35-39

⁶ Jo 10.28; Rm 8.35-39; Jd 24

VII - Reino de Deus

O reino de Deus é o domínio soberano e universal de Deus e é eterno.¹ É também o domínio de Deus no coração dos homens que, voluntariamente, a ele se submetem pela fé, aceitando-o como Senhor e Rei. É, assim, o reino invisível nos corações regenerados que opera no mundo e se manifesta pelo testemunho dos seus súditos.² A consumação do reino ocorrerá com a volta de Jesus Cristo, em data que só Deus conhece, quando o mal

será completamente vencido e surgirão o novo céu e a nova terra para a eterna habitação dos remidos com Deus.³

¹ Dn 2.37-44; Is 9.6,7

² Mt 4.17; Lc 17.20; 4.43; Jo 18.36; 3.3-5

³ Mt 25.31-46; 1Co 15.24; Ap 11.15

VIII - Igreja

Igreja é uma congregação local de pessoas regeneradas e batizadas após profissão de fé. É nesse sentido que a palavra “igreja” é empregada no maior número de vezes nos livros do Novo Testamento.¹ Tais congregações são constituídas por livre vontade dessas pessoas com finalidade de prestarem culto a Deus, observarem as ordenanças de Jesus, meditem nos ensinamentos da Bíblia para a edificação mútua e para a propagação do evangelho.² As igrejas neotestamentárias são autônomas, têm governo democrático, praticam a disciplina e se regem em todas as questões espirituais e doutrinárias exclusivamente pelas palavras de Deus, sob a orientação do Espírito Santo.³ Há nas igrejas, segundo as Escrituras, duas espécies de oficiais: pastores e diáconos. As igrejas devem relacionar-se com as demais igrejas da mesma fé e ordem e cooperar, voluntariamente, nas atividades do reino de Deus. O relacionamento com outras entidades, quer seja de natureza eclesiástica ou outra, não deve envolver a violação da consciência ou o comprometimento da lealdade a Cristo e sua palavra. Cada igreja é um templo do Espírito Santo.⁴ Há também no Novo Testamento um outro sentido da palavra “igreja”, em que ela aparece como a reunião universal dos remidos de todos os tempos, estabelecida por Jesus Cristo e sobre ele edificada, constituindo-se no corpo espiritual do Senhor, do qual ele mes-

mo é a cabeça. Sua unidade é de natureza espiritual e se expressa pelo amor fraternal, pela harmonia e cooperação voluntária na realização dos propósitos comuns do reino de Deus.⁵

¹ Mt 18.17; At 5.11; 20.17-28; 1Co 4.17

² At 2.41,42

³ Mt 18.15-17

⁴ At 20.17,28; Tt 1.5-9; 1Tm 3.1-13

⁵ Mt 16.18; Cl 1.18; Hb 12.22-24; Ef 1.22,23

IX - O Batismo e a Ceia do Senhor

O batismo e a ceia do Senhor são as duas ordenanças da igreja estabelecidas pelo próprio Jesus Cristo, sendo ambas de natureza simbólica.¹ O batismo consiste na imersão do crente em água, após sua pública profissão de fé em Jesus Cristo como Salvador único, suficiente e pessoal.² Simboliza a morte e sepultamento do velho homem e a ressurreição para uma nova vida em identificação com a morte, sepultamento e ressurreição do Senhor Jesus Cristo e também prenúncio da ressurreição dos remidos.³

O batismo, que é condição para ser membro de uma igreja, deve ser ministrado sob a invocação do nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.⁴ A ceia do Senhor é uma cerimônia da igreja reunida, comemorativa e proclamadora da morte do Senhor Jesus Cristo, simbolizada por meio dos elementos utilizados: O pão e o vinho.⁵ Nesse memorial o pão representa seu corpo dado por nós no Calvário e o vinho simboliza o seu sangue derramado.⁶ A ceia do Senhor deve ser celebrada pelas igrejas até a volta de Cristo e sua celebração pressupõe o batismo bíblico e o cuidadoso exame íntimo dos participantes.⁷

¹ Mt 3.5,6,13-17; Jo 3.22,23; 4.1,2; 1Co 11.20,23-30

² At 2.41,42; 8.12,36-39; 10.47,48

³ Rm 6.3-5; Gl 3.27; Cl 2.12

⁴ Mt 28.19; At 2.38,41,42; 10.48

^{5,6} Mt 26.26-29; 1Co 10.16,17-21; 11.23-29

⁷ Mt 26.29; 1Co 11.26-28; At 2.42; 20.4-8

X - O Dia do Senhor

O domingo, dia do Senhor, é o dia do descanso cristão satisfazendo plenamente a exigência divina e a necessidade humana de um dia em sete para o repouso do corpo e do espírito.¹ Com o advento do Cristianismo, o primeiro dia da semana passou a ser o dia do Senhor, em virtude de haver Jesus ressuscitado neste dia.² Deve ser para os cristãos um dia de real repouso em que - pela frequência aos cultos nas igrejas e pelo maior tempo dedicado à oração, à leitura bíblica e outras atividades religiosas - eles estarão se preparando para “aquele descanso que resta para o povo de Deus”.³ Nesse dia os cristãos devem abster-se de todo trabalho secular, excetuando aquele que seja imprescindível e indispensável à vida da comunidade. Devem também abster-se de recreações que desviem a atenção das atividades espirituais.⁴

¹ Gn 2.3; Ex 20.8-11; Is 58.13-14

² Jo 20.1,19,26; At 20.7; Ap 1.10

³ Hb 4.9-11; Ap 14.12,13

⁴ Ex 20.8-11; Jr 17.21,22,27; Ez 22.8

XI - Ministério da Palavra

Todos os crentes foram chamados por Deus para a salvação, para o serviço cristão, para testemunhar de Jesus Cristo e promover o seu reino, na medida dos talentos e dos dons concedidos pelo Espírito Santo.¹ Entretanto, Deus escolhe, chama e separa certos homens, de maneira especial para o serviço distinto, definido e singular do ministério da sua Palavra.² O pregador da Palavra é um porta-voz de Deus entre os homens.³ Cabe-lhe missão semelhante àquela realizada pelos profetas do Velho Testamento e pelos apóstolos do Novo Testamento, tendo o próprio Jesus como exemplo e padrão supremo.⁴ A obra do porta-voz de Deus tem finalidade dupla: a de proclamar as Boas Novas aos perdidos e a de apascentar os salvos.⁵ Quando um homem convertido dá evidências de ter sido chamado e separado por Deus para esse ministério, e de possuir as qualificações estipuladas nas Escrituras para o seu exercício, cabe à igreja local a responsabilidade de separá-lo, formal e publicamente, em reconhecimento da vocação divina já existente e verificada em sua experiência cristã.⁶ Esse ato solene de consagração é consumado quando os membros de um presbitério ou concílio de pastores, convocados pela igreja, impõe as mãos sobre o vocacionado.⁷ O ministro da Palavra deve dedicar-se totalmente à obra para a qual foi chamado, dependendo em tudo do próprio Deus.⁸ O pregador do Evangelho deve viver do Evangelho.⁹ Às igrejas cabe a responsabilidade de cuidar e sustentar adequada e dignamente seus pastores.¹⁰

¹ Mt 28.19,20; At 1.8; Rm 1.6,7; 8.28-30; Ef 4.1,4; 2Tm 1.9; Hb 9.15; 1Pe 1.15; Ap 17.14

² Mc 3.13,14; Lc 1.2; At 6.1-4; 13.2,3; 26.16-18; Rm 1.1; 1Co 12.28; 2Co 2.17; Gl 1.15-17

³ Ex 4.11,12; Is 6.5-9; Jr 1.5-10; At 20.24-28

⁴ At 26.19,20; Jo 13.12-15; Ef 4.11-17

⁵ Mt 28.19,20; Jo 21.15-17; At 20.24-28; 1Co 1.21; Ef 4.12-16

⁶ At 13.1-3; 1Tm 3.1-7

⁷ At 13.3; 1Tm 4.14

⁸ At 6.1-4; 1Tm 4.11-16; 2Tm 2.3,4; 4.2,5; 1Pe 5.1-3

⁹ Mt 10.9,10; Lc 10.7; 1Co 9.13,14; 1Tm 5.17,18

¹⁰ 2Co 8.1-7; Gl 6.6; Fp 4.14-18

XII - Mordomia

Mordomia é a doutrina bíblica que reconhece Deus como Criador, Senhor e Dono de todas as coisas.¹ Todas as bênçãos temporais e espirituais procedem de Deus e por isso os homens devem a ele o que são e possuem e, também, o sustento.² O crente pertence a Deus porque Deus o criou e o remiu em Jesus Cristo.³ Pertencendo a Deus, o crente é mordomo ou administrador da vida, das aptidões, do tempo, dos bens, da influência, das oportunidades, dos recursos naturais e de tudo o que Deus lhe confia em seu infinito amor, providência e sabedoria.⁴ Cabe ao crente o dever de viver e comunicar ao mundo o Evangelho que recebeu de Deus.⁵ As Escrituras Sagradas ensinam que o plano específico de Deus para o sustento financeiro de sua causa consiste na entrega pelos crentes de dízimos e ofertas alçadas.⁶ Devem eles trazer à igreja sua contribuição sistemática e proporcional com alegria e liberdade, para o sustento do ministério, das obras de evangelização, beneficência e outras.⁷

¹ Gn 1.1; 14.17-20; Sl 24.1; Ec 11.9; 1Co 10.26

² Gn 14.20; Dt 8.18; 1Cr 29.14-16; Tg 1.17; 2Co 8.5

³ Gn 1.27; At 17.28; 1Co 6.19,20; Tg 1.21; 1Pe 1.18-21

⁴ Mt 25.14-30; 31.46

⁵ Rm 1.14; 1Co 9.16; Fp 2.16

⁶ Gn 14.20; Lv 27.30; Pv 3.9,10; Ml 3.8-12; Mt 23.26

⁷ At 11.27-30; 1Co 8.1-3; 2Co 8.1-15; Fp 4.10-18

XIII - Evangelização e Missões

A missão primordial do povo de Deus é a evangelização do mundo, visando à reconciliação do homem com Deus.¹ É dever de todo discípulo de Jesus Cristo e de todas as igrejas proclamar, pelo exemplo e pelas palavras, a realidade do Evangelho, procurando fazer novos discípulos de Jesus Cristo em todas as nações, cabendo às igrejas batizá-los a observar todas as coisas que Jesus ordenou.² A responsabilidade da evangelização estende-se até aos confins da terra e por isso as igrejas devem promover a obra de missões, rogando sempre ao Senhor que envie obreiros para a sua seara.³

¹ Mt 28.19,20; Jo 17.30; At 1.8; 13.2,3

² Mt 28.18-20; Lc 24.46-49; Jo 17.20

³ Mt 28.19; At 1.8; Rm 10.13-15

XIV - Educação Religiosa

O ministério docente da igreja, sob a égide do Espírito Santo, compreende o relacionamento de Mestre e discípulo, entre Jesus Cristo e o crente.¹ A palavra de Deus é o conteúdo essencial e fundamental nesse processo e no programa de aprendizagem cristã.² O programa de educação religiosa nas igrejas é necessário para a instrução e desenvolvimento de seus membros, a fim de

“crescerem em tudo naquele que é a cabeça, Cristo”. Às igrejas cabe cuidar do doutrinamento adequado dos crentes, visando à sua formação e desenvolvimento espiritual, moral e eclesiástico, bem como motivação e capacitação sua para o serviço cristão e o desempenho de suas tarefas no cumprimento da missão da igreja no mundo.³

¹ Mt 11.29,30; Jo 13.14-17

² Jo 14.26; 1Co 3.1,2; 2Tm 2.15

³ Sl 119; 2Tm 3.16,17; Cl 1.28; Mt 28.19,20

XV - Liberdade Religiosa

Deus e somente Deus é o Senhor da consciência.¹ A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais do homem, inerente à sua natureza moral e espiritual.² Por força dessa natureza, a liberdade religiosa não deve sofrer ingerência de qualquer poder humano.³ Cada pessoa tem o direito de cultuar a Deus, segundo os ditames de sua consciência, livre de coações de qualquer espécie.⁴ A igreja e o Estado devem estar separados por serem diferentes em sua natureza, objetivos e funções.⁵ É dever do Estado garantir o pleno gozo e exercício da liberdade religiosa, sem favorecimento a qualquer grupo ou credo.⁶ O Estado deve ser leigo e a Igreja livre. Reconhecendo que o governo do Estado é de ordenação divina para o bem-estar dos cidadãos e a ordem justa da sociedade, é dever dos crentes orar pelas autoridades, bem como respeitar e obedecer às leis e honrar os poderes constituídos, exceto naquilo que se oponha à vontade e à lei de Deus.⁷

¹ Gn 1.27; 2.7; Sl 9.7-8; Mt 10.28; 23.10; Rm 14.4; 9.13; Tg 4.12

² Js 24.15; 1Pe 2.15,16; Lc 20.25

³ Dn 3.15-18; Lc 20.25; At 4.9-20; 5.29

⁴ Dn 3.16-18; 6; At 19.35-41

⁵ Mt 22.21; Rm 13.1-7

⁶ At 19.34-41

⁷ Dn 3.16-18; 6.7-10; Mt 17.27; At 4.18-20; 5.29; Rm 13.1-7; 1Tm 2.1-3

XVI - Ordem Social

Como o sal da terra e a luz do mundo, o cristão tem o dever de participar em todo esforço que tende ao bem comum da sociedade em que vive.¹ Entretanto, o maior benefício que pode prestar é anunciar a mensagem do Evangelho; o bem-estar social e o estabelecimento da justiça entre os homens dependem basicamente da regeneração de cada pessoa e da prática dos princípios do Evangelho na vida individual e coletiva.² Todavia, como cristãos, devemos estender a mão de ajuda aos órfãos, às viúvas, aos anciãos, aos enfermos e a outros necessitados, bem como a todos aqueles que forem vítimas de quaisquer injustiça e opressões.³ Isso faremos no espírito de amor, jamais apelando para quaisquer meios de violência ou discordantes das normas de vida expostas no Novo Testamento.⁴

¹ Mt 5.13-16; Jo 12.35-36; Fp 2.15

² Mt 6.33; Mc 6.37; Lc 10.29-37

³ Ex 22.21,22; Sl 82.3,4; Ec 11.1,2

⁴ Is 1.16-20; Mq 6.8; Mt 5.9

XVII- Família

A família, criada por Deus para o bem do homem, é a primeira instituição da sociedade. Sua base é o casamento monogâmi-

co e duradouro, por toda a vida, só podendo ser desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal.¹ O propósito imediato da família é glorificar a Deus e prover a satisfação das necessidades humanas de comunhão, educação, companheirismo, segurança, preservação da espécie e bem assim o perfeito ajustamento da pessoa humana em todas as suas dimensões.² Caída em virtude do pecado, Deus provê para ela, mediante a fé em Cristo, a bênção da salvação temporal e eterna, e quando salva poderá cumprir seus fins temporais e promover a glória de Deus.³

¹ Gn 1.7; Js 24.15; 1Rs 2.1-3; Ml 2.1

² Gn 1.28; Sl 127.1-5; Ec 4.9-13

³ At 16.31,34

XVIII - Morte

Todos os homens são marcados pela finitude, de vez que, em consequência do pecado, a morte se estende a todos.¹ A Palavra de Deus assegura a continuidade da consciência e da identidade pessoais após a morte, bem como a necessidade de todos os homens aceitarem a graça de Deus em Cristo enquanto estão neste mundo.² Com a morte está definido o destino eterno de cada homem.³ Pela fé nos méritos do sacrifício substitutivo de Cristo na cruz, a morte do crente deixa de ser tragédia, pois ela o transporta para um estado de completa e constante felicidade na presença de Deus. A esse estado de felicidade as Escrituras chamam “dormir no Senhor”.⁴ Os incrédulos e impenitentes entram, a partir da morte, num estado de separação definitiva de Deus.⁵ Na Palavra de Deus encontramos claramente expressa a proibição divina da busca de contato com os mortos, bem como a negação da eficácia de atos religiosos com relação aos que já morreram.⁶

¹ Rm 5.12; 1Co 15.21-26; Hb 9.27; Tg 4.14

² Lc 16.19-31; Hb 9.27

³ Lc 16.19-31; 23.39-46; Hb 9.27

⁴ Rm 5.6-11; 14.7-9; 1Co 15.18-20; 2Co 5.14,15; Fp 1.21-23; 1Ts 4.13-17; 2Tm 2.11

⁵ Lc 16.19-31; Jo 5.28,29

⁶ Ex 22.18; Lv 19.31; 20.6,27; Dt 18.10; 1Cr 10.13; Is 8.19; Jo 3.18

XIX- Justos e Ímpios

Deus, no exercício de sua sabedoria, está conduzindo o mundo e a história a seu termo final.¹ Em cumprimento à sua promessa, Jesus Cristo voltará a este mundo, pessoal e visivelmente, em grande poder e glória.² Os mortos em Cristo serão ressuscitados, arrebatados e se unirão ao Senhor.³ Os mortos sem Cristo também serão ressuscitados.⁴ Conquanto os crentes já estejam justificados pela fé, todos os homens comparecerão perante o tribunal de Jesus Cristo para serem julgados, cada um segundo suas obras, pois através destas é que se manifestam os frutos da fé ou os da incredulidade.⁵ Os ímpios condenados e destinados ao inferno lá sofrerão o castigo eterno, separados de Deus.⁶ Os justos, com os corpos glorificados, receberão seus galardões e habitarão para sempre no céu como o Senhor.⁷

¹ Mt 13.39,40; 28.20; At 3.21; 1Co 15.24-28; Ef 1.10

² Mt 16.27; Mc 8.38; Lc 17.24; 21.27; At 1.11; 1Ts 4.16; 1Tm 6.14,15; 2Tm 4.1,8

³ Dn 12.2,3; Jo 5.28,29; Rm 8.23; 1Co 15.12-58; Fp 3.20; Cl 3.4

⁴ Dn 12.2; Jo 5.28,29; At 24.15; 1Co 15.12-24

⁵ Mt 13.49,50; At 10.42; 1Co 4.5; 2Co 5.10; 2Tm 4.1; Hb 9.27; 2Pe 2.9

⁶ Dn 12.2,3; Mt 16.27; Mc 9.43-48; Lc 16.26-31; Jo 5.28,29; Rm 6.22,23

⁷ Dn 12.2,3; Mt 16.27; 25.31-40; Lc 14.14; 16.22,23; Jo 5.28,29; 14.1-3; Rm 6.22,23; 1Co 15.42-44; Ap 22.11,12



Princípios batistas

A AUTORIDADE

1 - Cristo como Senhor

A fonte suprema da autoridade cristã é o Senhor Jesus Cristo. Sua soberania emana da eterna divindade e poder – como o unigênito filho do Deus Supremo –, de sua redenção vicária e ressurreição vitoriosa. Sua autoridade é a expressão de amor justo, sabedoria infinita e santidade divina, e se aplica à totalidade da vida. Dela procede a integridade do propósito cristão, o poder da dedicação cristã e a motivação da lealdade cristã. Ela exige a obediência aos mandamentos de Cristo, dedicação ao seu serviço, fidelidade ao seu reino e a máxima devoção à sua pessoa, como o Senhor vivo.

A suprema fonte de autoridade é o Senhor Jesus Cristo, e toda a esfera da vida está sujeita à sua soberania.

2 - As Escrituras

A Bíblia fala com autoridade porque é a Palavra de Deus. É a suprema regra de fé e prática porque é testemunha fidedigna e inspirada dos atos maravilhosos de Deus através da revelação de si mesmo e da redenção, sendo tudo patenteado na vida, nos ensinamentos e na obra salvadora de Jesus Cristo. As Escrituras revelam a mente de Cristo e ensinam o significado de seu domínio. Na sua singular e uma revelação da vontade divina para a humanidade, a Bíblia é a autoridade final que atrai as pessoas a Cristo e as guia em todas as questões de fé cristã e dever moral. O indivíduo tem que aceitar a responsabilidade de estudar a Bíblia, com a mente aberta e com atitude reverente, procurando o significado de sua mensagem através de pesquisa e oração, orientando a vida debaixo de sua disciplina e instrução.

A Bíblia, como revelação inspirada da vontade divina, cumprida e completada na vida e nos ensinamentos de Jesus Cristo, é a nossa regra autorizada de fé e prática.

3 - O Espírito Santo

O Espírito Santo é a presença ativa de Deus no mundo e, particularmente, na experiência humana. É Deus revelando sua pessoa e vontade ao homem. O Espírito, portanto, é a voz da autoridade divina. É o Espírito de Cristo, e sua autoridade é a vontade de Cristo. Visto que as Escrituras são produto de homens que, inspirados pelo Espírito, falaram por Deus, a verdade da Bíblia expressa a vontade do Espírito, compreendida pela iluminação do mesmo. Ele convence os homens do pecado, da justiça e do juízo, tornando, assim, efetiva a salvação individual, através da obra salvadora de Cristo. Ele habita no coração do crente, como advogado perante Deus e intérprete para o homem. Ele atrai o

fiel para a fé e a obediência e, assim, produz na sua vida os frutos da santidade e do amor.

O Espírito procura alcançar vontade e propósito divinos entre os homens. Ele dá aos cristãos poder e autoridade para o trabalho do reino e santifica e preserva os redimidos, para o louvor de Cristo; exige uma submissão livre e dinâmica à autoridade de Cristo, e uma obediência criativa e fiel à palavra de Deus.

O Espírito Santo é o próprio Deus revelando sua pessoa e vontade aos homens. Ele, portanto, interpreta e confirma a voz da autoridade divina.

O INDIVÍDUO

1 - Seu valor

A Bíblia revela que cada ser humano é criado à imagem de Deus; é único, precioso e insubstituível. Criado ser racional, cada pessoa é moralmente responsável perante Deus e o próximo. O homem, como indivíduo, é distinto de todas as outras pessoas. Como pessoa, ele é unido aos outros no fluxo da vida, pois ninguém vive nem morre por si mesmo.

A Bíblia revela que Cristo morreu por todos os homens. O fato de ser o homem criado à imagem de Deus, e de Jesus Cristo morrer para salvá-lo, é a fonte da dignidade e do valor humano. Ele tem direitos, outorgados por Deus, de ser reconhecido e aceito como indivíduo sem distinção de raça, cor, credo, ou cultura; de ser parte digna e respeitada da comunidade; de ter a plena oportunidade de alcançar o seu potencial.

Cada indivíduo foi criado à imagem de Deus e, portanto, merece respeito e consideração como uma pessoa de valor e dignidade infinita.

2 - Sua competência

O indivíduo, porque criado à imagem de Deus, torna-se responsável por suas decisões morais e religiosas. Ele é competente, sob a orientação do Espírito Santo, para formular a própria resposta à chamada divina ao Evangelho de Cristo, para a comunhão com Deus, para crescer na graça e no conhecimento de nosso Senhor. Estreitamente ligada a essa competência está a responsabilidade de procurar a verdade e, encontrando-a, agir conforme essa descoberta, e partilhar a verdade com outros. Embora não se admita coação no terreno religioso, o cristão não tem a liberdade de ser neutro em questões de consciência e convicção.

Cada pessoa é competente e responsável perante Deus, nas próprias decisões e questões morais e religiosas.

3 - Sua liberdade

Os batistas consideram como inalienável a liberdade de consciência, a plena liberdade de religião de todas as pessoas. O homem é livre para aceitar ou rejeitar a religião; escolher ou mudar sua crença; propagar e ensinar a verdade como a entenda, sempre respeitando direitos e convicções alheios; cultuar a Deus tanto a sós quanto publicamente; convidar outras pessoas a participarem nos cultos e outras atividades de sua religião; possuir propriedade e quaisquer outros bens necessários à propagação de sua fé. Tal liberdade não é privilégio para ser concedido, rejeitado ou meramente tolerado – nem pelo Estado, nem por qualquer outro grupo religioso – é um direito outorgado por Deus.

Cada pessoa é livre perante Deus em todas as questões de consciência e tem o direito de abraçar ou rejeitar a religião, bem como de testemunhar sua fé religiosa, respeitando os direitos dos outros.

A VIDA CRISTÃ

1 - A salvação pela graça

A graça é a provisão misericordiosa de Deus para a condição do homem perdido. O homem no seu estado natural é egoísta e orgulhoso; ele está na escravidão de Satanás e espiritualmente morto em transgressões e pecados. Devido à sua natureza pecaminosa, o homem não pode salvar-se a si mesmo. Mas Deus tem uma atitude benevolente em relação a todos, apesar da corrupção moral e da rebelião. A salvação não é o resultado dos méritos humanos, antes emana de propósito e iniciativa divinos. Não vem através de mediação sacramental, nem de treinamento moral, mas como resultado da misericórdia e poder divinos. A salvação do pecado é a dádiva de Deus através de Jesus Cristo, condicionada, apenas, pelo arrependimento em relação a Deus, pela fé em Jesus Cristo e pela entrega incondicional a Ele como Senhor.

A Salvação, que vem através da graça, pela fé, coloca o indivíduo em união vital e transformadora com Cristo, e se caracteriza por uma vida de santidade e boas obras. A mesma graça, por meio da qual a pessoa alcança a salvação, dá certeza e a segurança do perdão contínuo de Deus e de seu auxílio na vida cristã.

A salvação é dádiva de Deus através de Jesus Cristo, condicionada, apenas, pela fé em Cristo e rendição à soberania divina.

2 - As exigências do discipulado

O aprendizado cristão inicia-se com a entrega a Cristo, como Senhor. Desenvolve-se à proporção que a pessoa tem comunhão com Cristo e obedece aos seus mandamentos. O discípu-

lo aprende a verdade em Cristo, somente por obedecê-la. Essa obediência exige a entrega das ambições e dos propósitos pessoais e a obediência à vontade do Pai. A obediência levou Cristo à cruz e exige de cada discípulo que tome a própria cruz e siga a Cristo.

O levar a cruz, ou negar-se a si mesmo, expressa-se de muitas maneiras na vida do discípulo. Este procurará, primeiro, o reino de Deus. Sua lealdade suprema será a Cristo. Ele será fiel em cumprir o mandamento cristão. Sua vida pessoal manifestará autodisciplina, pureza, integridade e amor cristão, em todas as relações que tem com os outros. O discipulado é completo.

As exigências do discipulado cristão estão baseadas no reconhecimento da soberania de Cristo, relacionam-se com a vida em um todo e exigem obediência e devoção completas.

3 - O sacerdócio do crente

Cada homem pode ir diretamente a Deus em busca de perdão, através do arrependimento e da fé. Ele não necessita para isso de nenhum outro indivíduo, nem mesmo da igreja. Há um só mediador entre Deus e os homens, Jesus. Depois de tornar-se crente, a pessoa tem acesso direto a Deus, através de Jesus Cristo. Ela entra no sacerdócio real que lhe outorga o privilégio de servir a humanidade em nome de Cristo. Deverá partilhar com os homens a fé que acalenta e servi-los em nome e no espírito de Cristo. O sacerdócio do crente, portanto, significa que todos os cristãos são iguais perante Deus e na fraternidade da igreja local.

Cada cristão, tendo acesso direto a Deus através de Jesus Cristo, é seu próprio sacerdote e tem a obrigação de servir de sacerdote de Jesus Cristo em benefício de outras pessoas.

4 - O cristão e seu lar

O lar foi constituído por Deus como unidade básica da sociedade. A formação de lares verdadeiramente cristãos deve merecer o interesse particular de todos. Devem ser constituídos da união de dois seres cristãos, dotados de maturidade emocional, espiritual e física e unidos por um amor profundo e puro. O casal deve partilhar ideais e ambições semelhantes e ser dedicado à criação dos filhos na instrução e disciplina divinas. Isso exige o estudo regular da Bíblia e a prática do culto doméstico. Nesses lares o espírito de Cristo está presente em todas as relações da família.

As igrejas têm a obrigação de preparar jovens para o casamento, treinar e auxiliar os pais nas suas responsabilidades, orientar pais e filhos nas provações e crises da vida, assistir àqueles que sofrem em lares desajustados, e ajudar os enlutados e encanecidos a encontrarem sempre um significado na vida.

O lar é básico, no propósito de Deus para o bem-estar da humanidade e o desenvolvimento da família, deve ser de supremo interesse para todos os cristãos.

5 - O cristão como cidadão

O cristão é cidadão de dois mundos – o reino de Deus e o Estado político – e deve obedecer à lei de sua pátria terrena, tanto quanto à lei suprema. No caso de ser necessária uma escolha, o cristão deve obedecer a Deus antes que ao homem. Deve mostrar respeito para com aqueles que interpretam a lei e a põem em vigor, e participar ativamente na vida social, econômica e política com espírito e princípios cristãos. A mordomia cristã da vida inclui responsabilidades como o voto, o pagamento de impostos e o apoio à legislação digna. O cristão deve orar pelas

autoridades e incentivar outros cristãos a aceitarem a responsabilidade cívica, como um serviço a Deus e à humanidade.

O cristão é cidadão de dois mundos – o reino de Deus e o Estado – e deve ser obediente à lei do seu país tanto quanto à lei suprema de Deus.

A IGREJA

1 - Sua natureza

No Novo Testamento o termo igreja é usado para designar o povo de Deus na sua totalidade, ou só uma assembleia local. A igreja é uma comunidade fraterna das pessoas redimidas por Cristo Jesus, divinamente chamadas, divinamente criadas, e feitas uma só debaixo do governo soberano de Deus. A igreja como uma entidade local – um organismo presidido pelo Espírito Santo – é uma fraternidade de crentes em Jesus Cristo, que se batizaram e voluntariamente se uniram para o culto, estudo, a disciplina mútua, o serviço e a propagação do Evangelho no local da igreja e até os confins da terra.

A igreja, no sentido lato, é a comunidade fraterna de pessoas redimidas por Cristo e tornadas uma só na família de Deus. A igreja, no sentido local, é a companhia fraterna de crentes batizados, voluntariamente unidos para o culto, desenvolvimento espiritual e serviço.

2 - Seus membros

A igreja, como uma entidade, é uma companhia de crentes regenerados e batizados que se associam num conceito de fé e fraternidade do Evangelho. Propriamente, a pessoa qualifica-se para ser membro de igreja por ser nascida de Deus e aceitar voluntariamente

o batismo. Ser membro de uma igreja local, para tais pessoas, é um privilégio santo e um dever sagrado. O simples fato de arrolar-se na lista de membros de uma igreja não torna a pessoa membro do corpo de Cristo. Cuidado extremo deve ser exercido a fim de que sejam aceitas como membros da igreja somente as pessoas que deem evidências positivas de regeneração e verdadeira submissão a Cristo.

Ser membro de igreja é um privilégio, dado exclusivamente a pessoas regeneradas que voluntariamente aceitam o batismo e se entregam ao discipulado fiel, segundo o preceito cristão.

3 - Suas ordenanças

O batismo e a ceia do Senhor são as duas ordenanças da igreja. São símbolos, mas sua observância envolve fé, exame de consciência, discernimento, confissão, gratidão, comunhão e culto. O batismo é administrado pela igreja, sob a autoridade do Deus triúno, e sua forma é a imersão daquele que, pela fé, já recebeu a Jesus Cristo como Salvador e Senhor. Por esse ato o crente retrata a sua morte para o pecado e a sua ressurreição para uma vida nova.

A ceia do Senhor, observada através dos símbolos do pão e do vinho, é um profundo esquadrinhamento do coração, uma grata lembrança de Jesus Cristo e sua morte vicária na cruz, uma abençoada segurança de sua volta e uma jubilosa comunhão com o Cristo vivo e seu povo.

O batismo e a ceia do Senhor, as duas ordenanças da igreja, são símbolos da redenção, mas sua observância envolve realidades espirituais na experiência cristã.

4 - Seu governo

O princípio governante para uma igreja local é a soberania de Jesus Cristo. A autonomia da igreja tem como fundamento o fato

de que Cristo está sempre presente e é a cabeça da congregação do seu povo. A igreja, portanto, não pode sujeitar-se à autoridade de qualquer outra entidade religiosa. Sua autonomia, então, é válida somente quando exercida sob o domínio de Cristo.

A democracia, o governo pela congregação, é forma certa somente à medida que, orientada pelo Espírito Santo, providencia e exige a participação consciente de cada um dos membros nas deliberações do trabalho da igreja. Nem a maioria, nem a minoria, tampouco a unanimidade, reflete necessariamente a vontade divina.

Uma igreja é um corpo autônomo, sujeito unicamente a Cristo, sua cabeça. Seu governo democrático, no sentido próprio, reflete a igualdade e responsabilidade de todos os crentes, sob a autoridade de Cristo.

5 - Sua relação para com o Estado

Tanto a igreja como o Estado são ordenados por Deus e responsáveis perante ele. Cada um é distinto; cada um tem um propósito divino; nenhum deve transgredir os direitos do outro. Devem permanecer separados, mas igualmente manter a devida relação entre si e para com Deus. Cabe ao Estado o exercício da autoridade civil, a manutenção da ordem e a promoção do bem-estar público.

A igreja é uma comunhão voluntária de cristãos, unidos sob o domínio de Cristo para o culto e serviço em seu nome. O Estado não pode ignorar a soberania de Deus nem rejeitar suas leis como a base da ordem moral e da justiça social. Os cristãos devem aceitar suas responsabilidades de sustentar o Estado e obedecer ao poder civil, de acordo com os princípios cristãos.

O Estado deve à igreja a proteção da lei e a liberdade plena, no exercício do seu ministério espiritual. A igreja deve ao Estado o

reforço moral e espiritual para a lei e a ordem, bem como a proclamação clara das verdades que fundamentam a justiça e a paz. A igreja tem a responsabilidade tanto de orar pelo Estado quanto de declarar o juízo divino em relação ao governo, às responsabilidades de uma soberania autêntica e consciente, e aos direitos de todas as pessoas. A igreja deve praticar coerentemente os princípios que sustenta e que devem governar a relação entre ela e o Estado.

A igreja e o Estado são constituídos por Deus e perante Ele responsáveis. Devem permanecer distintos, mas têm a obrigação do reconhecimento e reforço mútuos, no propósito de cumprir-se a função divina.

6 - Sua relação para com o mundo

Jesus Cristo veio ao mundo, mas não era do mundo. Ele orou não para que seu povo fosse tirado do mundo, mas que fosse liberto do mal. Sua igreja, portanto, tem a responsabilidade de permanecer no mundo, sem ser do mundo. A igreja e o cristão, individualmente, têm a obrigação de opor-se ao mal e trabalhar para a eliminação de tudo que corrompa e degrade a vida humana. A igreja deve tomar posição definida em relação à justiça e trabalhar fervorosamente pelo respeito mútuo, a fraternidade, a retidão, a paz, em todas as relações entre os homens, raças e nações. Ela trabalha confiante no cumprimento final do propósito divino no mundo.

Esses ideais, que têm focalizado o testemunho distintivo dos batistas, choca-se com o momento atual do mundo e em crucial significação. As forças do mundo os desafiam. Certas tendências em nossas igrejas e denominação põem-nos em perigo. Se esses ideais servirem para inspirar os batistas, com o senso da missão digna da hora presente, deverão ser relacionados com a realidade dinâmica de todo o aspecto de nossa tarefa contínua.

A igreja tem uma posição de responsabilidade no mundo; sua missão é para com o mundo; mas seu caráter e ministério são espirituais.

A NOSSA TAREFA CONTÍNUA

1 - A centralidade do indivíduo

Os batistas, historicamente, têm exaltado o valor do indivíduo, dando-lhe um lugar central no trabalho das igrejas e da denominação. Essa distinção, entretanto, está em perigo nestes dias de automatismo e pressões para o conformismo. Alertados para esses perigos, dentro das próprias fileiras, tanto quanto no mundo, os batistas devem preservar a integridade do indivíduo.

O alto valor do indivíduo deve refletir-se nos serviços de culto, no trabalho evangelístico, nas obras missionárias, no ensino e treinamento da mordomia, em todo o programa de educação cristã. Os programas são justificados pelo que fazem pelos indivíduos por eles influenciados. Isso significa, entre outras coisas, que o indivíduo nunca deve ser usado como um meio, nunca deve ser manobrado, nem tratado como mera estatística. Esse ideal exige, antes, que seja dada primordial consideração ao indivíduo, na sua liberdade moral, nas suas necessidades urgentes e no seu valor perante Cristo.

De consideração primordial na vida e no trabalho de nossas igrejas é o indivíduo, com seu valor, suas necessidades, sua liberdade moral, seu potencial perante Cristo.

2 - Culto

O culto a Deus, pessoal ou coletivo, é a expressão mais elevada da fé e devoção cristã. É supremo tanto em privilégio quanto em dever. Os batistas enfrentam uma necessidade urgente de

melhorar a qualidade do seu culto, a fim de experimentarem coletivamente uma renovação de fé, esperança e amor como resultado da comunhão com o Deus supremo.

O culto deve ser coerente com a natureza de Deus, na sua santidade: uma experiência, portanto, de adoração e confissão que se expressa com temor e humildade. O culto não é mera forma e ritual, mas uma experiência com o Deus vivo, através da meditação e da entrega pessoal. Não é simplesmente um serviço religioso, mas comunhão com Deus na realidade do louvor, na sinceridade do amor e na beleza da santidade.

O culto torna-se significativo quando se combinam, com reverência e ordem, a inspiração da presença de Deus, a proclamação do Evangelho, a liberdade e a atuação do Espírito. O resultado de tal culto será uma consciência mais profunda da santidade, majestade e graça de Deus, maior devoção e mais completa dedicação à vontade de Deus.

O culto – que envolve uma experiência de comunhão com o Deus vivo e santo – exige uma apreciação maior sobre a reverência e a ordem, a confissão e a humildade, a consciência da santidade, majestade, graça e propósito de Deus.

3 - O ministério cristão

A igreja e todos os seus membros estão no mundo a fim de servir. Em certo sentido, cada filho de Deus é chamado como cristão. Há, entretanto, uma falta generalizada no sentido de negar o valor devido à natureza singular da chamada como vocação ao serviço de Cristo. Maior atenção neste ponto é especialmente necessária em face da pressão que recebem os jovens competentes para a escolha de algum ramo das ciências e ainda mais devido ao número decrescente daqueles que estão atendendo à chamada divina para o serviço de Cristo.

Os que são chamados pelo Senhor para o ministério cristão devem reconhecer que o fim da chamada é servir. São, no sentido especial, escravos de Cristo e seus ministros nas igrejas e junto ao povo. Devem exaltar suas responsabilidades, em vez de privilégios especiais. Suas funções distintas não visam a vanglória; antes, são meios de servir a Deus, à igreja e ao próximo.

As igrejas são responsáveis perante Deus por aqueles que elas consagram ao seu ministério. Devem manter padrões elevados para aqueles que aspiram à consagração, quanto à experiência e ao caráter cristãos. Devem incentivar os chamados a procurarem o preparo adequado ao seu ministério.

Cada cristão tem o dever de ministrar ou servir com abnegação completa; Deus, porém, na sua sabedoria, chama várias pessoas de um modo singular para dedicarem sua vida de tempo integral ao ministério relacionado com a obra da igreja.

4 - Evangelismo

O evangelismo é a proclamação do juízo divino sobre o pecado e das boas novas da graça divina em Jesus Cristo. É a resposta dos cristãos às pessoas na incidência do pecado, é a ordem de Cristo aos seus seguidores a fim de que sejam suas testemunhas frente a todos os homens. O evangelismo declara que o Evangelho, e unicamente o Evangelho, é o poder de Deus para a salvação. A obra de evangelismo é básica na missão da igreja e no mister de cada cristão.

O evangelismo, assim concebido, exige um fundamento teológico firme e uma ênfase perene nas doutrinas básicas da salvação. O evangelismo neotestamentário é a salvação por meio do Evangelho e pelo poder do Espírito. Visa à salvação do homem todo; confronta os perdidos com o preço do discipulado e as exigências da soberania de Cristo; exalta a graça divina, a fé voluntária e a realidade da experiência de conversão.

Convites feitos a pessoas não salvas nunca devem desvalorizar essa realidade imperativa. O uso de truques de psicologia das massas, os substitutivos da convicção e todos os esquemas vaidosos são pecados contra Deus e contra o indivíduo. O amor cristão, o destino dos pecadores e a força do pecado constituem uma urgência obrigatória.

A norma de evangelismo exigida pelos tempos críticos dos nossos dias é o evangelismo pessoal e coletivo, o uso de métodos sãos e dignos, o testemunho de piedade pessoal e dum espírito semelhante ao de Cristo, a intercessão pela misericórdia e pelo poder de Deus e a dependência completa do Espírito Santo.

O evangelismo, que é básico no ministério da igreja e na vocação do crente, é a proclamação do juízo e da graça de Deus em Jesus Cristo e a chamada para aceitá-lo como Salvador e segui-lo como Senhor.

5 - Missões

Missões, como usamos o termo, é a extensão do propósito redentor de Deus através do evangelismo, da educação e do serviço cristão além das fronteiras da igreja local. As massas perdidas do mundo constituem um desafio comovedor para as igrejas cristãs.

Uma vez que os batistas acreditam na liberdade e competência de cada um para as próprias decisões, nas questões religiosas, temos a responsabilidade perante Deus de assegurar a cada indivíduo o conhecimento e a oportunidade de fazer a decisão certa. Estamos sob a determinação divina, no sentido de proclamar o Evangelho a toda a criatura. A urgência da situação atual do mundo, o apelo agressivo de crenças e ideologias exóticas, e nosso interesse pelos transviados exigem de nós dedicação máxima em pessoal e dinheiro, a fim de proclamar-se a redenção em Cristo, para o mundo todo.

A cooperação nas missões mundiais é imperativa. Devemos utilizar os meios à nossa disposição, inclusive os de comunicação em massa, para dar o Evangelho de Cristo ao mundo. Não devemos depender exclusivamente de um grupo pequeno de missionários especialmente treinados e dedicados. Cada batista é um missionário, não importa o local onde mora ou posição que ocupa. Os atos pessoais ou de grupos, as atitudes em relação a outras nações, raças e religiões fazem parte do nosso testemunho favorável ou contrário a Cristo, o qual, em cada esfera e relação da vida, deve fortalecer nossa proclamação de que Jesus é o Senhor de todos.

As missões procuram a extensão do propósito redentor de Deus em toda parte, através do evangelismo, da educação e do serviço cristão, e exige de nós dedicação máxima.

6 - Mordomia

A mordomia cristã é o uso, sob a orientação divina, da vida, dos talentos, do tempo e dos bens materiais, na proclamação do Evangelho e na prática respectiva. No partilhar o Evangelho, a mordomia encontra seu significado mais elevado: ela é baseada no reconhecimento de que tudo o que temos e somos vem de Deus, como uma responsabilidade sagrada.

Os bens materiais em si não são maus, nem bons. O amor ao dinheiro, e não o dinheiro em si, é a raiz de todas as espécies de males. Na mordomia cristã o dinheiro torna-se o meio para alcançar bens espirituais, tanto para a pessoa que dá, quanto para quem recebe. Aceito como encargo sagrado, o dinheiro torna-se não uma ameaça e sim uma oportunidade. Jesus preocupou-se em que o homem fosse liberto da tirania dos bens materiais e os empregasse para suprir tanto as necessidades próprias como as alheias.

A responsabilidade da mordomia aplica-se não somente ao cristão como indivíduo, mas também a cada igreja local, cada convenção, cada agência da denominação. Aquilo que é confiado ao indivíduo ou à instituição não deve ser guardado nem gasto egoisticamente, mas empregado no serviço da humanidade e para a glória de Deus.

A mordomia cristã concebe toda a vida como um encargo sagrado, confiado por Deus, e exige o emprego responsável de vida, tempo, talentos e bens – pessoal ou coletivamente – no serviço de Cristo.

7 - O ensino e treinamento

O ensino e treinamento são básicos na comissão de Cristo para os seus seguidores constituindo um imperativo divino pela natureza da fé e experiência cristãs. Eles são necessários ao desenvolvimento de atitudes cristãs, à demonstração de virtudes cristãs, ao gozo de privilégios cristãos, ao cumprimento de responsabilidades cristãs, à realização da certeza cristã. Devem começar com o nascimento do homem e continuar através de sua vida toda. São funções do lar e da igreja, divinamente ordenadas. E constituem o caminho da maturidade cristã.

Desde que a fé há de ser pessoal, e voluntária cada resposta à soberania de Cristo, o ensino e treinamento são necessários antecipadamente ao Discipulado Cristão e a um testemunho vital. Este fato significa que a tarefa educacional da igreja deve ser o centro do programa. A prova do ministério do ensino e treinamento está no caráter semelhante ao de Cristo e na capacidade de enfrentar e resolver eficientemente os problemas sociais, morais e espirituais do mundo hodierno. Devemos treinar os indivíduos a fim de que possam conhecer a verdade que os liberta, experimentar o amor que os transforma em servos da

humanidade, e alcançar a fé que lhes concede a esperança no reino de Deus.

A natureza da fé e experiência cristãs e a natureza e necessidades das pessoas fazem do ensino e treinamento um imperativo.

8 - Educação cristã

A fé e a razão aliam-se no conhecimento verdadeiro. A fé genuína procura compreensão e expressão inteligente. As escolas cristãs devem conservar a fé e a razão no equilíbrio próprio. Isto significa que não ficarão satisfeitas senão com os padrões acadêmicos elevados. Ao mesmo tempo, devem proporcionar um tipo distinto de educação – a educação infundida pelo espírito cristão, com a perspectiva cristã e dedicada aos valores cristãos.

Nossas escolas cristãs têm a responsabilidade de treinar e inspirar homens e mulheres para a liderança eficiente, leiga e vocacional, em nossas igrejas e no mundo. As igrejas, por sua vez, têm a responsabilidade de sustentar condignamente todas as suas instituições educacionais.

Os membros de igrejas devem ter interesse naqueles que ensinam em suas instituições, bem como naquilo que estes transmitem. Há limites para a liberdade acadêmica; deve ser admitido, entretanto, que os professores das nossas instituições tenham liberdade para erudição criadora, com o equilíbrio de um senso profundo de responsabilidade pessoal para com Deus, a verdade, a denominação e as pessoas a quem servem.

A educação cristã emerge da relação da fé e da razão e exige excelência e liberdade acadêmicas que são tanto reais quanto responsáveis.

9 - A autocrítica

Tanto a igreja local quanto a denominação, a fim de permanecerem sadias e florescentes, têm que aceitar a responsabilidade da autocrítica. Seria prejudicial às igrejas e à denominação se fosse negado ao indivíduo o direito de discordar, ou se fossem considerados nossos métodos ou técnicas como finais ou perfeitos. O trabalho de nossas igrejas e de nossa denominação precisa de frequente avaliação, a fim de evitar a esterilidade do tradicionalíssimo. Isso especialmente se torna necessário na área dos métodos, mas também se aplica aos princípios e práticas históricas em sua relação à vida contemporânea. Isso significa que nossas igrejas, instituições e agências devem defender e proteger o direito de o povo perguntar e criticar construtivamente.

A autocrítica construtiva deve ser centralizada em problemas básicos e assim evitar os efeitos desintegrantes de acusações e recriminações. Criticar não significa deslealdade; a crítica pode resultar de um interesse profundo do bem-estar da denominação. Tal crítica visará ao desenvolvimento à maturidade cristã, tanto para o indivíduo quanto para a denominação.

Todo grupo de cristãos, para conservar sua produtividade, terá que aceitar a responsabilidade da autocrítica construtiva.

Como batistas, revendo o progresso realizado no decorrer dos anos, temos toda inteira razão de desvanecimento ante as evidências do favor de Deus sobre nós. Os batistas podem bem cantar com alegria: "Glória a Deus, grandes coisas Ele fez!". Podem eles também lembrar que aqueles aos quais foi dado o privilégio de gozar de tão alta herança, reconhecidos ao toque da graça, devem engrandecê-la com os seus próprios sacrifícios.

IV

Quem são os batistas? Resumo histórico

Quem são os Batistas?

A história mundial dos Batistas pode ser contada a partir de duas raízes principais:

- a. Das suas doutrinas;
- b. Do surgimento no cenário mundial do nome Batista.

Considerando as raízes doutrinárias, os Batistas saem diretamente das páginas do Novo Testamento, dos lábios e ensinamentos de Jesus e dos apóstolos. Além disso, têm sua trajetória marcada pela oposição a toda corrupção da doutrina cristã claramente exposta no Novo Testamento.

Ao consultar a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira você verá que as nossas doutrinas saem, com clareza, das Sagradas Escrituras.

A corrupção de algumas doutrinas e práticas do Cristianismo começou a surgir muito cedo na história, como pode ser constatado nos escritos dos apóstolos. Esta corrupção foi se ampliando após a “conversão” do imperador Constantino (306 a 337) ao Cristianismo, ocorrida a partir de 312, oportunidade na qual incorporou a cruz ao seu estandarte e passou a favorecer os cristãos.

Muitos destes resistentes rejeitavam as inovações doutrinárias e as práticas, o que os levou a serem perseguidos, exilados e mortos.

Eles mantiveram acesas as doutrinas cristãs genuínas e possibilitaram que, através dos tempos, outros se levantassem na Idade Média, como Cláudio de Turim, Pedro de Bruys, Henrique de Lausanne, Pedro Vado, João Wycliffe e João Huss.

Com o surgimento da Reforma Protestante, liderada por Martinho Lutero e deflagrada em 31 de outubro de 1517 com a publicação das suas famosas 95 teses na porta do Castelo de Wittenberg, criou-se a oportunidade para que muitos grupos dissidentes intensificassem suas pregações. Entre estes grupos estavam os conhecidos como Anabatistas, que sustentavam muitas doutrinas que os batistas esposariam e que representavam o grupo mais ativo e poderoso daquele momento. O nome que lhes foi dado, Anabatistas, significa os rebatizadores.

Após a reforma religiosa na Inglaterra, quando foi estabelecida a Igreja Anglicana, em 1534, surgiu o movimento denominado Puritano. Entre os puritanos havia alguns grupos que defendiam um sistema eclesiástico congregacional, o batismo voluntário e a separação da igreja e Estado por influência dos Anabatistas. Entre

essas congregações separatistas destacava-se a de Gainsborough, liderada por John Smyth e, mais tarde, por Thomas Helwys.

Finalmente, um grupo de refugiados ingleses que foi para a Holanda em busca de liberdade religiosa, liderado por John Smyth - que era pregador - e Thomas Helwys - advogado -, organizou em Amsterdã, em 1609, uma igreja de doutrina batista, como era o sonho dos dois líderes.

John Smyth batizou-se e, em seguida, batizou os demais fundadores da igreja, constituindo-se esta a primeira igreja organizada tendo como espelho as doutrinas do Novo Testamento, inclusive o batismo do que crê, mediante a profissão de fé em Jesus Cristo.

A igreja se divide e John Smyth pede filiação aos menonitas, sendo seguido pela maior parte dos membros. Uma minoria resolveu manter a igreja com a liderança de Thomas Helwys. Após a morte de Smyth, Helwys e seus seguidores regressam para a Inglaterra.

Considerando as raízes do nome Batista, a história começa com a organização da igreja em Spitalfields, nos arredores de Londres, em 1612, por Thomas Helwys e seus seguidores já batizados na igreja em Amsterdã. É esta igreja que agora inicia a linhagem de igrejas batistas que começam a crescer na Inglaterra sob severa perseguição por dissentirem da igreja oficial, a Igreja Anglicana.

A perseguição aos batistas e a outros grupos separatistas os levou a várias partes do mundo e, em especial, às colônias da América do Norte, em busca da liberdade religiosa.

Dois ilustres homens são considerados fundadores das igrejas batistas em solo americano: Roger Williams, que organizou a Primeira Igreja Batista de Providence (em 1639) na colônia que ele fundou com o nome de Rodhe Island, e John Clark, que or-

ganizou a Igreja Batista de Newport, também em Rhode Island e conhecida desde 1648. Os batistas se espalharam pelas diversas colônias da América do Norte e foram influentes na formação da constituição americana de 1781.

A expansão dos batistas no mundo

Em 1791, um jovem pastor inglês chamado William Carey, sentindo forte compaixão pelas multidões pagãs da Índia, decidiu iniciar, com o apoio de vários pastores, um movimento para o envio de missionários àquelas terras. Assim foi criada, em dois de outubro de 1792, a Sociedade de Missões no Estrangeiro, que tem tido uma participação muito grande na expansão da obra batista na Ásia e na África, além de outros continentes, atingindo inclusive o Brasil.

Por sua vez, os batistas norte-americanos foram grandemente motivados a evangelizar o mundo. O jovem casal de missionários Adoniram e Ana Judson foi enviado, em 1812, pela Igreja Congregacional para evangelizar a Índia. Eles iam para Calcutá. Na viagem, examinaram, no Novo Testamento, a doutrina do batismo. Iriam se encontrar com o missionário batista William Carey e seu grupo de pastores. À luz do que estudaram, Adoniram e Ana acabaram por concluir que os batistas estavam certos sobre a doutrina do batismo. O casal foi batizado pelo pastor William Ward, companheiro de Carey.

O mesmo fato aconteceu com outro missionário congregacional, também enviado para a Índia, Luther Rice, que igualmente foi batizado, tornando-se batista.

Eles decidiram que Adoniram Judson permaneceria no Oriente e Luther Rice voltaria aos Estados Unidos para mobilizar os batistas para a obra missionária. Seu trabalho vingou e em maio de 1814 foi fundada na Filadélfia a Convenção Geral

da Denominação Batista nos Estados Unidos para Missões no Estrangeiro.

A partir daí, a obra missionária dos batistas iniciou um gigantesco crescimento. Chegando, inclusive, através dos Batistas do Sul dos Estados Unidos, ao Brasil.

Hoje, os batistas estão presentes em mais de 200 países e representam uma população de mais de 46 milhões de membros, com cerca de 180 mil igrejas, e atingem 150 milhões de pessoas no mundo inteiro.

Os batistas no Brasil

Thomas Jefferson Bowen era missionário americano na Nigéria (África) trabalhando entre os nativos da tribo ioruba. Depois de algum tempo na África, retornou aos EUA e foi enviado, em 1860, para o Brasil, uma vez que muitos escravos que falavam o dialeto ioruba (língua corrente entre os negros traficados) podiam ser alcançados.

Oito meses depois, devido a problemas de saúde e porque as autoridades o impediram de pregar o Evangelho, visto que sua mensagem se distanciava dos ensinamentos católicos, até então a religião oficial do país, Bowen precisou retornar ao seu país, desta vez em definitivo.

Tempos depois, um grupo de colonos norte-americanos sulistas, derrotados na guerra entre o sul e o norte (1861-1865), desembarcou no Brasil, em Santa Bárbara D'Oeste (SP). Grande parte destes colonos era de origem protestante e, em 10 de setembro de 1871, eles organizaram a Primeira Igreja Batista em terras brasileiras, sob a coordenação do pastor Richard Ratcliff. No início, os cultos ainda eram em inglês, o que afastava os habitantes locais.

Em 1881 chegaram ao Brasil o missionário William Buck Bagby e sua esposa Anne. Seguiram para Campinas, onde, no Co-

légio Presbiteriano, iniciaram o aprendizado da língua portuguesa. Um dos instrutores do casal foi o ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque. Sacerdote católico na província de Alagoas, ele converteu-se ao protestantismo sozinho, ao estudar a Bíblia. Depois de abandonar a igreja de Roma, o ex-padre peregrinou pelo Brasil até chegar a Campinas, onde se tornou o primeiro brasileiro a ser consagrado pastor batista.

Em 1882, quando foi organizada a Primeira Igreja Batista da Bahia, voltada para a evangelização do Brasil, já existiam então as duas outras igrejas batistas, organizadas por imigrantes norte-americanos, residentes na região de Santa Bárbara D'Oeste e Americana (SP).

A Convenção Batista Brasileira, em sua 89ª Assembleia, após discutir por alguns anos a data correta para o início do trabalho batista no Brasil, aprovou resolução de uma comissão especial nos seguintes termos: “Reconhecemos que a inserção do trabalho batista no Brasil se deu por duas vias: A via de imigração (1871) e a via de missão (1882)”.

Os casais de missionários batistas norte-americanos, recém-chegados ao Brasil, os pioneiros William Buck Bagby e Anne Luther Bagby e Zacharias Clay Taylor e Kate Stevens Crawford Taylor, auxiliados pelo ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque, batizado em Santa Bárbara D'Oeste, decidiram iniciar a sua missão na cidade de Salvador, Bahia, com 250 mil habitantes. Ali chegaram no dia 31 de agosto de 1882 e, no dia 15 de outubro, organizaram a Primeira Igreja Batista do Brasil com cinco membros: os dois casais de missionários e o ex-padre Antônio Teixeira.

Nos primeiros 25 anos de trabalho, Bagby e Taylor, auxiliados por outros missionários e por um número crescente de brasileiros, evangelistas e pastores, já tinham organizado 83 igrejas, com aproximadamente 4.200 membros.

O sucesso do trabalho no Nordeste encheu William Bagby de coragem e ele resolveu partir para o Rio de Janeiro, onde fundou uma congregação no bairro do Estácio que, logo de início, conseguiu a adesão de quatro pessoas.

Com a abertura do campo missionário brasileiro, graças ao sucesso de Bagby, as organizações batistas americanas resolveram investir. Os obreiros americanos que aqui chegavam traziam consigo o modelo de igreja que conheciam na sua terra natal, implantando a estrutura eclesiástica americana. Além da estrutura cuidadosamente organizada, as igrejas brasileiras fizeram questão de manter o modelo congregacional de governo, caracterizado pela autonomia de cada igreja local - uma marca dos batistas que predomina até hoje. Com o tempo, as comunidades foram adaptando seus costumes à realidade brasileira, mas sempre mantendo a identidade.

À medida que as igrejas batistas se multiplicavam, surgiu a necessidade de reafirmar o ideário do segmento. Essa tradição ideológica jamais se perdeu no tempo, graças à estratégica propagação através de publicações como livros, Bíblias, revistas de estudo e jornais.

A tradição batista legou aos evangélicos brasileiros outra preciosidade: o Cantor Cristão, que eternizou centenas de hinos cantados até hoje por crentes de todo o país. Da primeira edição, de 1891, até hoje, as páginas do Cantor têm sido fonte de louvor e inspiração. Dos hinos do acervo, mais de 100 foram compostos ou traduzidos pelo missionário e músico judeu polonês Salomão Luiz Ginsburg, que viveu 37 anos no Brasil. Ginsburg é considerado por muitos o mais importante hinologista brasileiro. Mas também foi um evangelista de visão avançada para o seu tempo. Coube a ele o mérito de ter sido o primeiro a imaginar uma associação que agrupasse todas as igrejas da deno-

minação em 1894. As ideias de Ginsburg acabaram influenciando a história da Igreja Batista Brasileira.

Também no início do século 20, as igrejas passaram a se agrupar nas chamadas convenções, com o objetivo de gerir causas comuns como o trabalho de missões e a manutenção de seminários, orfanatos, asilos e colégios. Essa estrutura ampliou-se, buscando a cooperação entre as igrejas. Surgiu assim a Convenção Batista Brasileira (CBB), que hoje abriga mais de 6,5 mil igrejas da denominação, com cerca 7 mil pastores e mais de um milhão de membros.

Organização da Convenção Batista Brasileira

Segundo José dos Reis Pereira, Salomão Ginsburg foi a primeira pessoa a pensar na organização de uma Convenção nacional dos batistas brasileiros.

Mas, somente em 1907, a ideia foi concretizada. A.B. Deter, Zacharias Taylor e Salomão Ginsburg concordaram em dar prosseguimento ao plano. Eles conseguiram a adesão de outros missionários e de líderes brasileiros. A comissão organizadora optou pela data de 22 de junho de 1907 para organizar a Convenção, na cidade de Salvador, quando transcorreriam os primeiros 25 anos do início do trabalho batista brasileiro, também começado na referida cidade.

No dia aprazado, no prédio do ALJUBE, onde funcionava a PIB de Salvador, em sessão solene, foi realizada a primeira Assembleia da Convenção Batista Brasileira, composta de 43 mensageiros enviados por igrejas e organizações.

Criada a Convenção, foi eleita sua primeira diretoria: Presidente – Francisco Fulgêncio Soren; 1º vice-presidente – Joaquim Fernandes Lessa; 2º vice-presidente – João Borges da Rocha; 1º

secretário – Teodoro Rodrigues Teixeira; 2º secretário – Manuel I. Sampaio; Tesoureiro – Zacharias Taylor. A motivação básica da criação da Convenção foi missões e falava-se na evangelização de Portugal, do Chile e da África.

Foram criadas, além das duas Juntas Missionárias (Missões Nacionais e Missões Estrangeiras, hoje Missões Mundiais), outras juntas: para a Casa Publicadora Batista, para a Escola Bíblica Dominical, para a União de Mocidade Batista, para Educação e Seminário e para a Administração do Seminário. Ao todo, sete juntas.

As áreas de Missões, Educação Religiosa e Publicações, Educação Teológica e Educação foram as que receberam maior atenção dos convencionais.

Os batistas e Missões

Missões locais, nacionais e mundiais empolgaram o coração do povo batista brasileiro e a obra se expandiu por todo o território pátrio e se espalhou pelo mundo, como se pode ver hoje. Como as congregações do início do século não tinham condições de, sozinhas, alcançar todo o território brasileiro e o exterior, em 1907 surgiram duas grandes entidades missionárias: a Junta de Missões Nacionais (JMN) e a Junta de Missões Mundiais (JMM). Hoje, esse programa integrado de Missões conta com mais de mil missionários espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

Os batistas e a educação

A educação é uma marca visível do povo batista. Sua paixão pelo estudo da Bíblia desenvolveu o interesse pela educação religiosa, cultivada nas igrejas através das organizações de treinamento e da Escola Bíblica Dominical. Os templos se tornaram verdadeiros complexos educacionais.

Com a Educação Religiosa veio a Educação Teológica. Inicialmente, através de aulas dadas pelos missionários em suas casas, depois surgiram os Seminários: Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, organizado em Recife (PE), por Salomão Ginsburg, em 1º de abril de 1902, e o Seminário Teológico Batista do Sul, fundado pelo missionário John Watson Shepard, na cidade do Rio de Janeiro, em 1908.

A estes dois seminários foram agregados dezenas de outros, espalhados por todo o país, com milhares de alunos.

A Educação chamada de geral, ou secular, teve a mesma origem e motivação, o desejo de abrir oportunidades para o estudo da juventude e de criar uma escola com capacidade para exercer influência sobre a sociedade brasileira.

O Colégio Taylor-Egídio, fundado em Salvador pela senhora Laura Taylor e pelo Capitão Egídio Pereira de Almeida, foi o primeiro a vingar. Em 1922, ele foi transferido para a cidade de Juaqueara, onde existe até hoje.

Depois dele, e por causa dele, vieram o Colégio Batista Brasileiro de São Paulo; Colégio Americano Batista do Recife (PE); Instituto Batista Industrial em Corrente (PI); Colégio Americano, em Vitória (ES); Colégio Batista Shepard, no Rio de Janeiro (RJ); Colégio Batista Alagoano (AL); Colégio Batista Fluminense, em Campos (RJ); Colégio Batista Mineiro, em Belo Horizonte (MG). Além destes colégios, dezenas de outros foram organizados com a ajuda dos missionários ou por iniciativa de igrejas, convenções estaduais e de particulares batistas. A contribuição dos batistas na área educacional é realmente notável, considerando tanto a qualidade quanto a quantidade.

Hoje, perto de dois milhões de brasileiros já passaram pelas escolas batistas.

A Convenção é um fator de convergência e de união

As igrejas se filiam à Convenção voluntariamente, aceitam sua declaração doutrinária e seu programa cooperativo e se comprometem a apoiar e trabalhar pela expansão do Reino de Deus no Brasil e no mundo.

Unidas em torno da Palavra de Deus, a Bíblia Sagrada, e da pregação do Evangelho, as mais de 7 mil igrejas cooperantes ampliam seu raio de ação, inclusive pela organização de centenas de igrejas a cada ano e pela evangelização de milhares de pessoas que se convertem e são batizadas.

A Convenção tem encontrado na cooperação dos pastores e leigos - homens e mulheres - e na submissão ao Espírito Santo a sabedoria necessária para organizar seus planos e aceitar os desafios da comunicação do Evangelho.



Filosofia da Convenção Batista Brasileira

A Filosofia da Convenção Batista Brasileira resulta da reflexão que os batistas brasileiros fazem sobre os princípios bíblicos que sustentam a existência, a natureza e os objetivos da Convenção, como entidade que:

- a. Promove o inter-relacionamento fraterno e cooperativo das igrejas a ela associadas;
- b. Apoia o fortalecimento e a multiplicação das igrejas;
- c. Se interessa pelo progresso e crescimento espiritual e social dos membros das igrejas;
- d. Respeita a autonomia das igrejas cooperantes;
- e. Administra zelosamente as entidades e instituições que cria, às quais atribui a execução de seus objetivos, programas e determinações;

- f. Obedece aos padrões bíblicos de relacionamento com a sociedade, o Estado e outras igrejas.

A Filosofia da Convenção Batista Brasileira tem seu fundamento na Bíblia Sagrada, o livro da revelação divina. Foi constituída a partir da Declaração Doutrinária por ela adotada nos Princípios Distintivos dos Batistas, no Pacto das Igrejas Batistas do Brasil e na Missão e Propósito das igrejas cooperantes, e reconhece ser correta e condizente a metodologia de ação prática consagrada no Estatuto da Convenção.

A Convenção Batista Brasileira tem sua gênese histórica na reunião realizada em 1907, na cidade de Salvador (BA), com a presença e apoio de 32 “delegados”, mensageiros e representantes de 39 igrejas e “corporações” que, após deliberações, decidiram:

“Nós, mensageiros das igrejas, sociedades e outras organizações da denominação Batista de várias partes do Brasil, reunidos na cidade da Bahia, capital do Estado do mesmo nome, nos dias 22 a 27 de junho de 1907, para executar a vontade das corporações que representamos, unir todas as forças batistas do Brasil, em uma organização nacional maior, para o desenvolvimento e eficácia da pregação do Evangelho de Jesus Cristo segundo a nossa crença, concordamos em obedecer as seguintes regras, ou artigos:

Artigo 2º – O fim desta organização é promover missões domésticas e estrangeiras, e tudo mais que direta ou indiretamente tenha relação com o reino de nosso Senhor Jesus Cristo, respeitando-se a soberania das igrejas e igualdade de direitos umas para com as outras” (Ata da 3ª sessão da Primeira Convenção).

1 - Fundamentos da Filosofia da Convenção Batista Brasileira

A Convenção, constituída pelas igrejas batistas que livremente se associam para sua formação, é uma associação religiosa que

tem por finalidade promover o reino de Deus em todos os seus aspectos, por todos os meios eticamente lícitos.

A Bíblia não registra a existência de convenção, associação de qualquer outra organização eclesial, além da igreja. Entretanto, contém ensinamentos e exemplos que sinalizam na direção de procedimentos cooperativos, de reunião de esforços e providências que autorizam o surgimento de entidades e órgãos que, pela iniciativa e com o apoio e controle das igrejas, se tornem instrumentos para a realização dos propósitos que têm em comum.

A Convenção aparece, na experiência batista, como instrumento para canalizar e dar expressão concreta ao desejo das igrejas batistas e do povo batista de, juntos, pelejarem “pela Fé que uma vez foi dada aos santos”.¹

A existência e objetivos da Convenção se assentam sobre quatro pilares básicos, a saber:

- a. A compreensão da natureza da igreja neotestamentária local;
- b. A posição do indivíduo no propósito de Deus;
- c. O governo democrático da igreja;
- d. O princípio da cooperação.

Estes pilares básicos formam o arcabouço da Convenção Batista Brasileira e lhe fornecem a sustentação bíblica.

1.1 - A Igreja

A igreja batista local é o ponto de partida e de chegada da Convenção Batista Brasileira.

Jesus Cristo instituiu a sua igreja², tornando-a real e efetiva³, revestindo-a de condições para receber todos os povos, fazendo-os família de Deus⁴, amando-a e dando-se a si mesmo por ela⁵, a fim de torná-la o instrumento perfeito para o testemunho da sua graça e proclamação da sua salvação.

A igreja é uma congregação local, formada por pessoas regeneradas e bíblicamente batizadas, após pública profissão de fé, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ela cumpre os propósitos de Deus no mundo, sob o senhorio de Jesus Cristo, o qual deseja criar um novo homem, segundo a imagem e semelhança do Deus Triúno, e formar uma nova humanidade, um povo para louvor da glória de sua graça, no tempo presente e na eternidade.

A igreja cumpre este propósito através do culto, da edificação dos salvos, da proclamação do Evangelho, da ação social e da educação, vivendo em amor. No cumprimento destas funções, a igreja coopera com Deus para a consecução do plano divino de redenção. Baseada no princípio da cooperação voluntária a igreja entende que, juntando seus esforços aos de igrejas co-irmãs, pode realizar a obra comum de missões, educação, formação de ministros e de ação social, com mais eficiência e amplitude. A igreja é autônoma, tem governo democrático, pratica a disciplina e rege-se pela Palavra de Deus em todas as questões espirituais, doutrinárias e éticas, sob a orientação do Espírito Santo.

1.2 - O indivíduo no propósito de Deus – O crente batista

É propósito de Deus que todos os homens sejam alcançados por sua graça salvadora⁶ e cheguem ao pleno conhecimento da verdade e ao estado de homem feito, à medida da estatura da plenitude de Cristo⁷, por se tornarem novas criaturas, reconciliadas com Deus por meio de Jesus Cristo⁸ e, como salvos e reconciliados, sejam tornadas testemunhas suas⁹.

Identifica-se como batista a pessoa convertida, regenerada pela ação do Espírito Santo, salva mediante a graça de Deus e a fé em Jesus Cristo, e que se submete à soberania de Cristo; une-

se a uma igreja da mesma fé e ordem – corpo de Cristo – através do batismo; presta culto a Deus, e somente a ele; crê na autoridade da Palavra de Deus – sua única regra de fé e prática – e na competência do indivíduo perante Deus.

Do princípio da responsabilidade individual da criatura humana diante de Deus derivam os demais princípios que balizam a vida do crente batista: a) o livre exame da Palavra de Deus; b) a liberdade de consciência; c) a responsabilidade pessoal para com a igreja local e outras co-irmãs; d) a responsabilidade civil para com o Estado; e) a separação entre a igreja e o Estado; f) e o amor, que gera conduta e respeito para com o próximo, testemunho e ação no mundo.

1.3 - O governo democrático das igrejas batistas

Os batistas adotam como forma de governo da igreja o sistema democrático, exercido pela congregação local, debaixo da soberania de Jesus Cristo, Cabeça e Senhor da Igreja, e sob a orientação do Espírito Santo. A democracia se exprime pelo voto: cada cidadão um voto. No caso das igrejas batistas, cada membro um voto, e o vencido aprende que deve cooperar com a maioria vencedora.

Ela é o sistema de governo baseado no reconhecimento da competência da pessoa humana perante Deus, e nos princípios da liberdade e da responsabilidade, sistema enfim que proporciona oportunidade para o crescimento, o progresso e a plena realização pessoal, como a expressão livre de sua consciência e vontade. A democracia batista é um privilégio, é um desafio, o desafio de preparar e educar um povo para o reconhecimento de seu valor e para aplicação adequada desse valor em tudo que é, diz e faz.

1.4 - O princípio da cooperação

São abundantes os textos bíblicos que falam de cooperação e solidariedade entre o povo de Deus, da maneira como Deus age e de como quer que o seu povo proceda, ao lhe ensinar a cooperação como forma de atingir seus objetivos.

1.4.1- A cooperação como forma criadora

Impressiona como, através da história da revelação, toda a obra criativa de Deus e de Jesus Cristo é impregnada do sentido de solidariedade e cooperação. Desde a criação do universo e do homem¹⁰, a formação do povo de Israel, a partir da convocação de Abrão e sua família¹¹; a vinda de Jesus Cristo ao mundo com a participação de tantas pessoas¹²; passando pela ação do próprio Jesus¹³, quando chama os seus apóstolos¹⁴, e funda a sua igreja¹⁵, essa realidade está presente¹⁶.

1.4.2- A cooperação como exemplo de solução de problemas existentes na igreja

Observe-se a maneira de agir da igreja, logo no início e nos primeiros anos de sua existência. Para substituir Judas, os onze são chamados¹⁷; para resolver uma grave questão surgida entre “helenistas” e hebreus – atendimento das viúvas da Igreja e de Jerusalém – a “multidão dos discípulos” é convocada¹⁸. A igreja toda se reúne para ouvir o relatório de Pedro sobre a conversão de Cornélio¹⁹; e na hora de superar preocupantes controvérsias doutrinárias, a “cooperação” está presente, através de um verdadeiro “concílio”, o primeiro²⁰.

1.4.3- Programas cooperativos administrados por igrejas e líderes cristãos

E ainda a experiência da igreja primitiva – marcada pela “cooperação” – que ensina não só a resolver problemas, mas sobre-

tudo realizar tarefas importantes para a expansão do reino de Deus. Recordem-se: a) o envio de missionários pela Igreja de Antioquia²¹; b) a “coleta” para as igrejas da Judéia, por causa da fome²²; c) o sustento de Paulo e de seus companheiros²³; d) o encontro em Trôade²⁴; e) o relatório de Paulo à Igreja de Antioquia, após a primeira viagem missionária²⁵.

1.4.4- A cooperação como forma de cuidado e ajuda à igreja

Nesta exemplificação, com base na experiência da igreja cristã nos primórdios, vale ressaltar outro aspecto da cooperação, isto é, o cuidado e ajuda às igrejas, demonstrados em atitudes tais como: a) a igreja de Jerusalém enviando Barnabé para acompanhar os fatos que estavam ocorrendo em Antioquia da Síria, com o surgimento da primeira igreja cristã gentílica²⁶; b) a decisão de Paulo de voltar às igrejas organizadas em sua primeira viagem missionária para ver como estavam, fortalecê-las e constituir-lhes lideranças²⁷; c) o cuidado de Paulo para com todas as igrejas²⁸.

A igreja como família, povo de Deus, corpo de Cristo, assembleia dos salvos – aponta para a cooperação, para a associação e para a união de forças e propósitos, tendo em vista objetivos comuns. O princípio da cooperação fraterna e solidária está fundamentado na Bíblia – tanto no Antigo como no Novo Testamento –, a qual afirma ter Deus propósitos definidos para o mundo e para o universo, que busca alcançar através da participação dos homens em geral e de seus servos em particular.

A cooperação no reino de Deus é a forma de operação que dignifica e exalta os homens. Paulo afirma que somos cooperadores com Deus²⁹. Esta co-participação eleva a cooperação ao ponto mais alto da dignidade, pois dá ao homem o privilégio de trabalhar com o seu Criador e Senhor. A cooperação é a es-

sência do sistema batista. Trabalhar junto tem sido o segredo da obra realizada. Tem sido o ponto para onde convergem as autonomias e independências, reforçando a interdependência e o compartilhar dos membros objetivos. A cooperação é obra de iguais, de companheiros, de livres; porque é resultado da soma de vontades que livremente decidem pela união de forças para a realização de propósitos comuns. A Convenção, como órgão que dá expressão à obra cooperativa dos batistas, busca sempre caminhos para fortalecer a visão sinótica de igrejas e crentes, o que possibilita o desenvolvimento das atenções e esforços na direção assinalada como o ponto de interesse comum. A cooperação a ser buscada e a ser dada, tende para a obtenção de resultados cada vez mais expressivos, permitindo o cumprimento dos propósitos e das tarefas indicadas, com a maior eficiência possível. A cooperação a ser dada deve ser alegre, entusiástica e solidária³⁰.

A Convenção, em seu propósito de promover a cooperação, entende que, além da cooperação resultante dos vínculos que mantém com igrejas, entidades e órgãos, há outra cooperação igualmente desejada: a das entidades ou órgãos com os quais as igrejas se associam, como é o caso das Convenções e Associações de Igrejas Batistas e outros cujos objetivos se somam aos propósitos da Convenção.

A Convenção representa, de forma adequada nos dias atuais, a solução dos batistas para a realização de suas aspirações comunitárias e o tratamento das questões de seu interesse, segundo a mesma linha de ensinamentos e exemplos bíblicos, buscando, assim, manter-se fiel ao propósito de Deus de salvar o mundo e de adquirir para si um povo peculiar.

2 - A CONVENÇÃO – NATUREZA E OBJETIVOS

A Convenção Batista Brasileira é uma entidade religiosa, sem fins lucrativos, composta de igrejas batistas que decidem voluntariamente se unir para viverem juntas a mesma fé, promoverem o reino de Deus e assumirem o compromisso de fidelidade doutrinária, cooperação e empenho na execução dos programas convencionais.

A Convenção existe em função do propósito que o Senhor Jesus deu à sua igreja. Ela não substitui a igreja local, mas aglutina recursos, analisa e sugere métodos, planos e proporciona às igrejas condições melhores para o cumprimento de suas funções.

A Convenção é caudatária das igrejas, quando recebe delas condições e motivações para existir e operar; é também cadinho e foro, quando em suas Assembleias, constituídas por mensageiros enviados pelas igrejas cooperantes, aprecia doutrinas e práticas, relatórios das atividades dos seus órgãos e entidades, debate ideias e aprova diretrizes gerais; é ainda coordenadora, quando recebe planos e programas como atividades que deve implementar, visando à concretização das aspirações comuns às igrejas cooperantes.

Assim, a Convenção incentiva e coordena a obra cooperativa das igrejas, buscando sempre fortalecer a visão e ação de igrejas e crentes, regida sempre pelos princípios da voluntariedade, da fraternidade, da solidariedade, do incentivo e presidida pelo respeito à autonomia da igreja participante.

A partir da compreensão de sua natureza, a Convenção tem como finalidade estimular a criação de condições para abrir canais de cooperação, de conagraçamento, de intercâmbio entre as igrejas da mesma fé e ordem, para que cumpram seus ideais e a missão dada pelo Senhor; do ideal da unidade da fé, no pleno

conhecimento do Filho de Deus, da maturidade cristã, objetivando a estatura da plenitude de Cristo; da construção de uma sociedade justa, onde cada cidadão encontre seu bem-estar e o desenvolvimento pleno de suas potencialidades; da formação de um povo para Deus, através da ação da igreja; e da glorificação do nome de Deus em todas as esferas da sociedade.

Tem também, como finalidade, ajudar no preparo do povo de Deus, treinando pessoas para cumprimento de sacerdócio na igreja e na sociedade, a fim de que a presença do Evangelho se faça sentir influente na educação, na política, na economia, na ação social, na comunicação social, na religião, através de uma ação missionária, docente, profissional, intelectual e cristã eficaz.

Os batistas consideram este desafio com redobrada humildade e dependência de Deus, buscando condições para responder objetivamente as necessidades deste mundo complexo e de oportunidades crescentes.

3 - ORGANIZAÇÃO DA CONVENÇÃO

A Convenção tem uma visão global de si mesma, de seus objetivos, do planejamento e coordenação que deve desenvolver no gerenciamento das áreas nas quais atua.

A Convenção organiza-se de forma a cumprir fielmente seus objetivos e cooperar com as igrejas que a compõem, sempre por decisão dos mensageiros, credenciados e enviados às suas assembleias.

Em decorrência de sua natureza, os objetivos e funções da Convenção são balizados por parâmetros estabelecidos pelas assembleias convencionais.

No cumprimento de suas finalidades, cabe à Convenção buscar o equilíbrio que deve existir em uma associação religiosa vol-

tada para promover, incentivar, oferecer e receber a cooperação de igrejas autônomas e de crentes responsáveis diante de Deus.

Estruturalmente, a Convenção está organizada para funcionar:

a) Através da Assembleia Convencional, que é o seu poder soberano, composta por mensageiros credenciados e enviados pelas igrejas cooperantes que a constituem. A voz e o voto em cada Assembleia é direito inerente aos mensageiros da igrejas;

b) Através de um órgão de Planejamento e Coordenação que, no interregno das Assembleias, representa de fato e de direito a Convenção, planejando, coordenando, administrando e executando os seus programas ou encaminhando as determinações da Assembleia Convencional às entidades e órgãos competentes;

c) Através de entidades e órgãos que cria e que, em suas áreas de atuação, a representam, conforme definidas em estatutos aprovados em Assembleias Convencionais;

Operacionalmente, a Convenção está organizada para:

- a. Tornar efetiva sua visão global e planejar e coordenar sua atuação nas seguintes áreas: 1- Ação Social; 2- Comunicação; 3- Culto e Louvor; 4- Educação Religiosa, Teológica, Ministerial e Secular; 5- Evangelismo, Evangelização e Missões; 6- Grupos específicos: crianças, adolescentes, jovens, adultos, terceira idade, família, deficientes e outros; 7- Ministérios, Ministério Pastoral; 8- Mordomia Cristã e Sustento; 9- Música; 10- Relacionamentos.
- b. Atuar em áreas ainda não referidas, preocupando-se, inclusive, com o crescimento e o desenvolvimento pessoal do crente e seu ministério voltado para a comunidade e o mundo.

- c. Voltar-se para o mundo com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de uma cosmovisão bíblica e cristã, atuante, no encaminhamento de questões contemporâneas como, por exemplo, as relacionadas ao meio ambiente.

Na operacionalização do seu trabalho, a Convenção estabelece as áreas de atuação e as tarefas específicas de cada uma de suas entidades e os objetivos a serem por elas alcançados.

Para operacionalizar o planejamento, a coordenação, a avaliação e o controle das áreas nas quais atua, a Convenção cria instrumentos que possibilitam atingir esses objetivos.

O Conselho de Planejamento e Coordenação é o órgão estratégico da Convenção, que tem a responsabilidade de definir e determinar os objetivos e planos de ação, visando ao cumprimento das finalidades da Convenção Batista Brasileira.

As entidades se reportam ao Conselho de Planejamento e Coordenação nos termos definidos pelo Estatuto da Convenção.

O relacionamento da Convenção com as Entidades cooperativas deverá ser operacionalizado sempre de forma a ser mantido completo equilíbrio. O nível e o grau dos relacionamentos deverão ser definidos no presente documento.

4 - ÁREAS DE ATUAÇÃO DA CONVENÇÃO

De acordo com a sua natureza e propósitos, a Convenção estabelece as seguintes diretrizes para as áreas que, no limiar do século 21, considera decisivas para a consolidação das igrejas e da obra batista no Brasil:

4.1 - Educação Religiosa

A educação religiosa tem por objetivo o desenvolvimento da consciência do cristão quanto à atitude que deve assumir e desenvolver à luz da Palavra de Deus. Tem por objetivo desenvolver o caráter cristão que deve expressar-se na adoração, na conduta e no serviço cristão e visa ao pleno crescimento do homem como ser criado à imagem e semelhança de Deus. Tem por base a ideia de que Deus se revela como verdade infinita e que o homem é capaz de conhecê-lo em parte. Isso deve levá-lo a crescer na graça e no conhecimento de Cristo e a compartilhar com seu semelhante a vida cristã como um todo.

Diretrizes:

4.1.1- Produzir, organizar e promover programas de Educação Religiosa, sugerindo-os às igrejas, a fim de obter:

- a. O desenvolvimento integral dos salvos, objetivando a maturidade em Cristo, conduzindo-os a vivenciarem os princípios cristãos no lar, na igreja e na sociedade, à luz da Palavra de Deus;
- b. O crescimento da responsabilidade quanto ao ensino da Palavra de Deus no lar, por reconhecer que a família é instituição criada por Deus;
- c. A comunhão fraternal que considera a busca em satisfazer as necessidades e aspirações de cada pessoa;
- d. Salvos treinados e capacitados, que utilizem os seus talentos e dons espirituais e atuem como agentes de transformação, a serviço da causa de Cristo, a partir da comunidade em que vivem, para a glória de Deus e edificação do Corpo de Cristo;
- e. Líderes treinados para a mobilização dos membros das igrejas na execução de seus ministérios.

4.1.2- Estimular e apoiar as igrejas no tocante ao conhecimento, prática e defesa das doutrinas aceitas pelos batistas.

4.1.3- Estimular a maturidade e a capacitação para o serviço cristão, através dos programas de Educação Religiosa desenvolvidos pelas entidades que operam nessa área e ainda pelas próprias igrejas, utilizando técnicas, métodos e instrumentos modernos para esses fins.

4.1.4- Incentivar, através de suas entidades, uma política geral de atendimento a todos os membros das igrejas, incluídos em suas respectivas áreas de atuação, de modo que os programas convencionais de educação religiosa, missões, música sacra e mordomia bíblica sejam efetivamente atingidos e gerem oportunidades para a valorização e crescimento das pessoas alcançadas.

4.1.5- Estimular o lazer, objetivando o desenvolvimento da saúde física e mental dos indivíduos.

4.2 - Educação Teológica e Ministerial

A educação teológica e ministerial visa à formação especializada de pessoas vocacionadas, para dedicarem suas vidas à obra do Senhor na igreja, na denominação e no mundo. Deve ser cristocêntrica e bibliocêntrica e oferecer aos vocacionados a oportunidade de aperfeiçoamento de suas atitudes, habilidades e ações, inspiradas no exemplo de Jesus Cristo.

A Convenção incumbe-se de estabelecer as normas e diretrizes das instituições teológicas a ela vinculadas, zelando pela excelência da qualidade de ensino e do seu produto.

Diretrizes:

4.2.1- Estabelecer como objetivo do programa de Educação Teológica e Ministerial a visão acadêmica de estímulo à pesquisa e aprofundamento intelectual; participação na vida denominacional; interesse prático; e fidelidade à Bíblia e às doutrinas e princípios dos batistas.

4.2.2- Promover e estimular o ensino teológico, tendo em vista o preparo dos obreiros, respeitada a diversidade de dons e vocações.

4.2.3- Diante da diversidade de dons e vocações, oferecer gratificação para pastores, evangelistas, músicos, educadores religiosos, docentes e habilitações para ministérios de áreas diversas, com o fim de atender às necessidades das igrejas, da obra missionária e das instituições denominacionais.

4.2.4- Por reconhecer a importância da Educação Teológica e Ministerial e a necessidade de seu desenvolvimento, estimular e apoiar o surgimento de projetos, programas e a constituição de fundos que visem à formação de docentes, mestres e doutores capazes de atender à variada demanda do magistério teológico, ministérios especiais e produção de literatura no campo teológico e ministerial.

4.2.5- Incentivar pastores e igrejas a serem cuidadosos na recomendação de candidatos aos seminários; a se envolverem em programas de apoio, sustento, educação e treinamento de vocacionados; a cultivarem o compartilhamento do discipulado, visando à formação de um ministério forte e dedicado ao trabalho cristão.

4.2.6- Estimular as instituições teológicas, os pastores e as igrejas a desenvolverem e realizarem programas de estágios, visando à formação prática do estudante, a partir de experiências concretas nos diversos ministérios das igrejas e dos pastores.

4.3 - Ministérios

A Bíblia ensina existirem ministérios variados. A Convenção, em consequência, incumbe-se em desenvolver programas que confrontem pessoas com a chamada de Deus e as eduquem, treinem e reciclem para que se dediquem a esses ministérios, incentivando as igrejas ao seu aproveitamento.

Diretrizes:

4.3.1- Incentivar as igrejas a:

- a. Reconhecerem o valor do ministério pastoral e outros para sua edificação e crescimento;
- b. Sustentarem dignamente seus ministérios;
- c. Valorizarem o ideal de um ministério de dedicação integral;
- d. Manterem bom relacionamento com seus pastores;
- e. Preservarem a ética do ministério pastoral e outros ministérios.

4.3.2- Motivar as igrejas a participarem do sustento dos vocacionados, de sua educação, de sua preparação e do seu treinamento prático.

4.3.3- Reconhecer que a vocação é dada por Deus para o cumprimento de seu propósito eterno na história e para ser cumprido pela igreja, e que a formação do ministério existe em função da igreja, em face das necessidades do mundo.

4.3.4- Reconhecer o ministério de crente, também chamado para servir na obra cristã, e, por essa razão, incentivar e apoiar programas de ensino, discipulado e treinamento para sua capacitação em todas as áreas do serviço cristão.

4.4 - Evangelismo, Evangelização e Missões

Uma das razões principais para a existência da Convenção é o propósito que as igrejas batistas brasileiras têm de promover a evangelização de todas as pessoas, tanto no Brasil como no mundo, em obediência ao mandado de Jesus Cristo. Por essa razão se dispõe a cumprir este propósito, contribuindo para o crescimento e o aprofundamento da compreensão bíblica por parte das igrejas e crentes em geral quanto à sua responsabilidade discipuladora, evangelizadora e missionária.

A Convenção tem por escopo estimular o surgimento de motivações e promover programas voltados para evangelismo, evangelização e missões, buscando o aperfeiçoamento e a mobilização de todos os crentes, pastores e igrejas para a pregação do Evangelho. Outrossim, promove o surgimento de recursos humanos, espirituais, técnicos, metodológicos e financeiros com a finalidade de atingir esse objetivo.

4.4.1- Evangelismo

Constitui a teoria de evangelização ao desenvolver estudos, pesquisas, métodos e programas que permitem a formação e o equipamento dos evangelizadores, possibilitando-lhes a ação evangelizadora e missionária. O evangelismo torna-se um instrumento de trabalho para o crescimento das igrejas por abrir possibilidades ao estudo da realidade que cerca a igreja e seu campo de atuação.

Diretrizes:

4.4.1.1- Colocar à disposição das igrejas e seus ministérios programas de apoio para ampliar os recursos disponíveis que objetivam tornar mais eficaz a ação evangelizadora que exercem.

4.4.1.2- Buscar conscientizar, equipar e motivar os crentes, os pastores e as igrejas crescentemente para que desenvolvam ação evangelizadora ampla e permanente capaz de cumprir o querer de Deus, que deseja “que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade”³¹.

4.4.1.3- Através do evangelismo, oferecer apoio a todas as igrejas, visando ao seu fortalecimento e crescimento.

4.4.1.4- Promover o intercâmbio de estudos, experiências e programas e como forma de relacionamento cooperativo com outras entidades ou órgãos, preferencialmente denominacionais, que direta ou indiretamente atuem na área do evangelismo e da evangelização.

4.4.2- Evangelização

Evangelização é a ação de proclamar a Palavra de Deus, no poder do Espírito Santo, com vistas à salvação do perdido e sua submissão à soberania de Cristo, sendo esta um tarefa da igreja como comunidade e do crente como indivíduo, o que torna a evangelização um estilo de vida.

Diretrizes:

4.4.2.1- Estimular o crescimento da ação evangelizadora, quer pela evangelização pessoal (individual), quer pela evangelização de massa.

4.4.2.2- Reconhecer a necessidade de também utilizar os meios de comunicação de massa, a mídia escrita e a mídia eletrônica como recursos adequados para a veiculação da mensagem do Evangelho e incentivar o seu aproveitamento de forma continuada e crescente.

4.4.3- Missões

Missões é a ação divina, que conta com a cooperação do homem no cumprimento de seu propósito eterno de redimir o pecador e integrá-lo ao corpo de Cristo, que é a sua igreja. É o propósito eterno de Deus de remir o pecador, utilizando-se dos salvos para ganhar os perdidos e ainda promover a edificação e o crescimento dos próprios salvos. É um desafio que surge do imperativo da grande comissão e da visão das urgentes necessidades espirituais do povo, visão esta inspirada e dirigida pelo Espírito Santo.

Constituem fundamentos para a ação missionária coordenada pela CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA os seguintes pontos:

- a. Todas as pessoas neste mundo têm direito ao conhecimento pleno do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, optando livremente, conforme a sua consciência e vontade, aceitar ou rejeitar a proposta da graça de Deus;
- b. A proclamação das boas novas é a tarefa suprema da igreja e todos os demais programas por ela implementados visam criar oportunidades para o cumprimento da tarefa principal;
- c. O campo missionário é o mundo. Isto significa que todas as pessoas, em todos os lugares, são alvo e objeto da ação missionária e que, por isso, missões é um todo, visão de Deus para a salvação de todas as gentes, pois Deus não faz acepção de pessoas;
- d. As igrejas batistas brasileiras têm indiscutível vocação missionária e cabe à Convenção incentivar as igrejas a acei-

- tarem cada vez mais, com maior entusiasmo e empenho o desafio de realizar missões, de enviar missionários e de sustentar a obra missionária;
- e. Cremos na vocação especial de pessoas para a obra missionária e no chamamento do Espírito Santo;

Diretrizes:

4.4.3.1- Estimular as igrejas e as instituições de ensino teológico a promoverem o despertar da consciência missionária dos crentes, com o objetivo de que se tornem sensíveis ao chamamento do Espírito Santo.

4.4.3.2- Propiciar a formação especial dos vocacionados e, por essa razão, estimular suas instituições de ensino teológico a manterem matérias missionárias em seus currículos e a oferecerem cursos de especialização e estágios em missões.

4.4.3.3- Apoiar a realização de estudos sobre missões, sua história, realidade, necessidade e metodologias, e a formação acadêmica de missiólogos, objetivando aprofundar e ampliar o conhecimento sobre missões.

4.4.3.4- Estimular o crescimento da liberalidade dos crentes no tocante à dedicação de tempo e talentos à obra missionária bem como a doação de ofertas e recursos financeiros outros para a promoção e sustento da obra missionária.

4.5 - Ação Social

A ação social dos batistas brasileiros expressa e busca cumprir os propósitos do reino de Deus³² na sociedade, com o objetivo de propiciar condições para a plena realização da pessoa

humana em relação a si mesma, ao próximo, à natureza e a Deus.

Constituem fundamentos da ação social dos batistas brasileiros:

- a. O entendimento de que as Escrituras apoiam a posição de que o dever do crente de amar inclui as dimensões sociais bem como as espirituais³³;
- b. A convicção de que as Escrituras ensinam a responsabilidade social de proteger vidas inocentes e carentes, mas também exorta a que o bem seja feito a todos, principalmente aos domésticos da fé³⁴;
- c. A crença de que a ação social desafia os próprios crentes e igrejas batistas a assumirem e viverem sua responsabilidade social, a fim de serem modelos para a sociedade e uma alternativa para o mundo³⁵;
- d. A compreensão de que a ação social dos batistas é individual, no sentido da responsabilidade do crente como pessoa, e comunitária, no sentido da responsabilidade da igreja, e em decorrência da própria Convenção.

A ação social dos batistas compreende:

- 1- a Ética Social Cristã;
- 2- a Responsabilidade Social Cristã;
- 3- o Serviço Social; e
- 4- a Ação Social.

A ação social, como criadora da consciência e da responsabilidade social entre os batistas brasileiros, compreende o Serviço Social no sentido do conjunto de processos tendentes a reajustar o indivíduo na comunidade, de maneira a torná-lo útil a si mesmo e aos outros; abrange, ainda, a Assistência Social, como obras que atendam necessidades imediatas.³⁶

Os batistas brasileiros se propõem a uma ação social eclesial e individual que busque o bem-estar social comum tanto dos salvos quanto dos não-salvos e que manifeste sua presença e atuação em todos os campos que dizem respeito ao homem, suas ações e carências, sem distinção de etnia, sexo ou qualquer outra discriminação.

Entendem, outrossim, que existe relação estreita entre a evangelização e a Responsabilidade Social (como ação social), visto que a proclamação de Jesus Cristo, como Senhor e Salvador, acarreta implicações sociais, pois leva as pessoas a se arrependerem de seus pecados pessoais e também de pecados sociais e a viverem uma nova vida, de retidão e paz, numa sociedade que desafia os valores da vida sem Cristo³⁷.

A ação social dos batistas brasileiros tem como objetivos:

1) Suscitar entre os batistas brasileiros uma consciência de Responsabilidade Social capaz de tornar a ação social uma realidade efetiva na prática da denominação, da igreja local e dos crentes individualmente;

2) Transformar a sociedade e suas estruturas por meio da:

- a. força da proclamação do Evangelho e do testemunho;
- b. influência junto às instituições existentes que atuam nas áreas de repercussão social³⁸;
- c. participação nas reformas das estruturas necessárias à evolução social, moral, educacional e econômica da população;
- d. atuação nas causas profundas que determinam a existência de injustiças e sofrimentos na vida dos brasileiros;
- e. influência junto aos poderes públicos, em especial o legislativo, com o objetivo de criar leis e instituições necessárias à consecução dos objetivos do bem-estar social e da justiça³⁹;

- f. utilização dos meios de comunicação em geral para opinar sobre questões significativas relativas à ação social, buscando assim influir na opinião pública, tornando conhecido o pensamento dos batistas.

Para a realização de Obras Sociais, os batistas brasileiros reconhecem como válidos convênios firmados com o poder público e outros, sem prejuízo dos seus princípios⁴⁰.

Reconhecem, ainda, que a atitude cristã para com os pobres há de resultar da consciência de Deus como misericordioso para com o homem, criatura sua, revestida de dignidade, sujeita ao sofrimento, por causa do pecado, das desigualdades e injustiças sociais, e carente do nosso amor, como cristãos⁴¹.

Diretrizes:

4.5.1- Identificar e tratar as circunstâncias que impedem o homem de alcançar padrões econômicos e sociais compatíveis com a sua dignidade;

4.5.2- Colher elementos e elaborar dados referentes a problemas ou disfunções que estejam a exigir reformas das estruturas e sistemas sociais;

4.5.3- Criar condições para a participação consciente de indivíduos, grupos, comunidades e populações nas mudanças que se revelarem necessárias;

4.6 - Comunicação

Comunicar é tornar comum, estabelecer comunhão e participar da comunidade através de intercâmbio de informações. Visto que a comunicação constitui o processo básico, a infra-estrutura

das relações dos indivíduos na organização societária: transportando o homem do isolamento comunitário para a multivivência cosmopolita; alterando hábitos, costumes; impondo novas necessidades sociais e transformando os padrões da cultura⁴².

Os batistas brasileiros por sua natureza, objetivos, organização e governo utilizam-se da comunicação e da comunicação social como instrumentos fundamentais para a realização de sua missão. Entendem ser a comunicação social uma especialidade da comunicação lato sensu, dirigida no sentido da comunicação institucional, centrada na imagem e mensagem da instituição perante o público-alvo⁴³.

Entendem, ainda, que a essência ser humano é comunicar-se, visto ser através da comunicação que indivíduos e organizações se relacionam uns com os outros, influenciando-se mutuamente⁴⁴.

Os batistas brasileiros utilizam os meios de comunicação à luz do seu comprometimento com Deus, que é o criador do universo e do homem; com Jesus Cristo, que é o verbo encarnado e a boa nova da salvação; com o Espírito Santo, que convence o homem do pecado; e com a pessoa humana, com a qual Deus se comunica através de Sua Palavra.

São alvos das comunicações veiculadas pelos batistas brasileiros, os seguintes públicos:

- a. Público Constituidor, formado pelas igrejas batistas e pelos crentes batistas do Brasil;
- b. Público Deliberativo, os mensageiros das igrejas cooperantes às Assembleias Convencionais;
- c. Público Gerencial, constituído dos componentes do corpo diretivo das juntas e órgãos e seus executivos das entidades auxiliares e seus executivos e comissões formadas pela Convenção;

- d. Público-alvo da Ação Programática, constituído por um público interno e externo aos quais a Convenção direciona sua comunicação nas áreas de evangelização e missões, ação social, educação, comunicação e produção literária.
- e. Público Interno, composto dos membros das igrejas batistas ou de pessoas relacionadas diretamente com a obra batista;
- f. Público Externo, constituído de pessoas que não têm relacionamento institucional com a obra batista. Porém, são alvo de ação programática dos batistas brasileiros de alguma forma institucional e devem ser alcançados e influenciados pelas mensagens veiculadas;
- g. Público-Sociedade em geral. Os batistas buscam aperfeiçoar e ampliar sua comunicação com a sociedade como um todo, seus segmentos, suas instituições, governo e poderes públicos, pois constituem o mundo no qual exercem sua missão e com o qual se relacionam e comunicam, quer direta, quer indiretamente, por meio de suas entidades, igrejas cooperantes ou indivíduos.

A existência de públicos diferentes, com os quais os órgãos e entidades batistas se relacionam, exige o uso de técnicas e recursos adequados ao receptor e à mensagem a ser veiculada.

Diretrizes:

4.6.1- Recursos humanos – Empenhar-se no surgimento de legítimas vocações de comunicadores, incentivar o estudo da comunicação e o aproveitamento de profissionais existentes nas igrejas.

4.6.2- Influência sobre os meios de comunicação – Estimular entidades, igrejas cooperantes e indivíduos batistas, a atuarem

nos meios de comunicação e a buscarem formas de participação de maneira que a visão de que são portadores seja passada aos meios de comunicação e divulgada, exercendo influência sobre eles.

4.6.3- Utilização dos recursos dos meios de comunicação – Buscar soluções adequadas para utilizar eficientemente os recursos de comunicação que já possuem e aqueles que estão disponíveis no mercado e, ao mesmo tempo, acompanhar o surgimento de novas formas de utilização dos meios de comunicação para colocar a seu serviço aqueles que forem compatíveis com a sua natureza e objetivos.

4.6.4- Recursos técnicos – Buscar o aperfeiçoamento do aparato já existente, tanto no sentido do conhecimento das técnicas, como na utilização de tecnologias modernas, visando, como comunicadores, uma melhor compreensão do processo de comunicação e ainda maior domínio sobre as técnicas que já utilizam.

4.6.5- A comunicação interna – Desenvolver esforços para criar um sistema de comunicação interna compatível com a natureza, objetivos e governo, de maneira a que exista maior transparência em todos os atos da cadeia de ações na qual estão envolvidos, possibilitando, portanto, o fortalecimento da credibilidade interna.

4.6.6- Campos de aplicação da comunicação – Aplicar a comunicação em todas as suas atividades, visto que seu alvo é a pessoa humana e seu objetivo é exercer sobre ela uma ação transformadora por meio da:

4.6.6.1- Evangelização e Missões

Área de vasta atuação que abre possibilidades imensas para a utilização dos recursos da comunicação com o objetivo de motivar, treinar e envolver pessoas e entidades na realização dos objetivos dos batistas, englobados no Evangelismo, na Evangelização e em Missões.

4.6.6.2- Educação Religiosa

Campo de ampla atuação que implica diretamente a aplicação da comunicação na formação e transformação dos padrões espirituais, culturais e sociais das pessoas, alvos da Educação Religiosa.

4.6.6.3- Educação Teológica e Ministerial

Área de atuação diretamente ligada à formação do pensamento e liderança teológica e ministerial, portanto, vital para a vida e desenvolvimento da obra batista no Brasil.

4.6.6.4- Ação Social

A comunicação tem, nessa área, um novo e imenso desafio, visto precisar transferir aos seus públicos-alvos: consciência, conscientização quanto à responsabilidade social e à ação social, como instrumento de atuação do povo batista.

4.6.6.5- Literatura Cristã

Ao atuar no campo da literatura cristã, a Convenção Batista Brasileira, no capítulo da comunicação chamado de editoração, participa de um dos mais antigos e vastos domínios da comunicação.

4.6.7- Operacionalização da comunicação – Os batistas brasileiros utilizam-se da comunicação em todas as áreas de sua atuação.

4.6.7.1- O Conselho de Planejamento e Coordenação

O Conselho é responsável pela comunicação social da Convenção Batista Brasileira cabendo-lhe zelar pela imagem da Convenção.

4.6.7.2- As Entidades

As entidades ligadas às áreas de evangelismo, evangelização e missões são responsáveis pela utilização e aperfeiçoamento da comunicação, no tocante à apresentação da mensagem do Evangelho, proclamada especialmente através das igrejas.

4.6.7.3- As Entidades ligadas à Educação e ao Ensino

Os batistas, ao atuarem no campo de educação e ensino, têm a responsabilidade de formar e reciclar comunicadores e de desenvolver recursos nas áreas de:

4.6.7.3.1- Ensino Ministerial e Teológico

As entidades ligadas ao ensino ministerial e teológico têm a responsabilidade de preparar vocacionados para exercerem os ministérios pastoral, de educação religiosa, música e outros.

4.6.7.3.2- Educação

As entidades ligadas à educação, como é o caso dos Colégios Batistas, representados pela ANEB, têm a responsabilidade de propugnar pela educação, formação intelectual da juventude e pelo incentivo ao aperfeiçoamento da obra educacional dos batistas.

4.6.7.3.3- Educação Cristã

As entidades ligadas à área da educação cristã operam na elaboração de programas, técnicas e literatura e treinamento, bus-

cando cumprir os objetivos da Convenção Batista Brasileira na área de educação cristã.

4.6.7.3.4- Entidades ligadas à Editoração Gráfica

A editoração gráfica é a forma mais ampla de comunicação a serviço da Convenção e por essa razão deve ser aperfeiçoada.

4.6.7.3.5- Entidades ligadas à Editoração Eletrônica

A editoração eletrônica é o grande desafio a ser enfrentado devido à sua modernidade, sua aplicação e o seu futuro como instrumento de comunicação de massa, de ensino e de treinamento.

4.7 - Educação

A educação é o processo por meio do qual o ser humano, na condição de educando, toma consciência da vida e nela se desenvolve. Tal processo de conscientização e desenvolvimento abrange as áreas espiritual, moral, física, emocional e intelectual do ser humano, devendo ocorrer de maneira harmônica e equilibrada.

A filosofia educacional das batistas brasileiros tem por base princípios cristãos para alcançar o educando da maneira mais abrangente possível no SER, no SABER, no FAZER e no TER.

Os batistas defendem a ideia de que o processo educacional desenvolvido numa escola batista deve constituir-se num meio de possibilitar ao educando e à sua família o conhecimento do plano da salvação em Cristo Jesus.

A Convenção Batista Brasileira atua na educação por meio de apoio e incentivo às escolas batistas existentes, ligadas a igrejas e entidades denominacionais, ou de propriedade de batistas, e estimula o surgimento de novos educandários.

Diretrizes:

4.7.1- Apoiar a educação através de programas que incentivem a formação para o magistério em seus diferentes aspectos, como forma de criar oportunidades de valorização pessoal e de testemunho cristão.

4.7.2- Estimular o surgimento de programas de alfabetização, de estímulo vocacional e profissional aos jovens e adultos de modo geral, como forma de realização pessoal e crescimento social, dentro dos objetivos cristãos.

4.7.3- Promover e apoiar programas que fortaleçam e influam na formação da personalidade e caráter da criança, do adolescente e do jovem, atendendo às características dos seus estágios de desenvolvimento.

4.7.4- Estimular o crescimento cultural e artístico, principalmente do povo batista, sob todos os aspectos que contribuam para promover os valores cristãos, aprimorar o conhecimento e a expressão criativa de seus talentos.

4.7.5- Reconhecer a importância do ensino público e defender o seu cumprimento pelo Estado em instituições que zelem pela sua qualidade.

4.8 - Música Sacra

A música sacra é um ministério na igreja que tem a função primordial de servir ao culto, atendendo também às necessidades espirituais dos seus membros.

Os batistas creem que a música é sacra, tanto para o executante como para o ouvinte, se ela comunica a realidade de Deus

e seus atributos, provocando uma resposta do ouvinte à revelação divina e criando condições para propiciar a comunhão das pessoas com Deus.

Creem, também, que a música exerce grande influência sobre as pessoas e, por isso, procuram zelar pela preservação de seus valores e conteúdo. A música sacra está relacionada com os seguintes objetivos da igreja neotestamentária:

- a. prestar culto e louvor verdadeiro e exaltar a Deus;
- b. edificar os crentes e promover seu crescimento espiritual;
- c. suprir as necessidades espirituais dos crentes, provendo conforto no sofrimento e levando-os a andarem nos caminhos de Deus;
- d. proclamar a mensagem de Deus para a evangelização de não-crentes;
- e. ensinar verdades bíblicas, espirituais, através da música.

Diretrizes:

4.8.1- Estimular o despertamento de vocações e o uso de dons e talentos musicais e investir na formação e aperfeiçoamento de músicos para servirem às igrejas,

4.8.2- Incentivar o exercício da influência dos crentes na formação musical da sociedade.

4.8.3- Apoiar e estimular a produção de material musical para uso nas igrejas.

4.8.4- Apoiar e estimular o aperfeiçoamento da música sacra e a união dos esforços dos músicos batistas com o objetivo de desenvolver melhores métodos de criação e produção de letras e músicas para todos, na igreja e na sociedade.

4.9 - Culto

Para os batistas brasileiros, o culto e o louvor fazem parte da adoração que o crente, individualmente, e a Igreja, coletivamente, prestam a Deus.

Culto é o modo de exteriorizar a adoração⁴⁵. A Bíblia não faz distinção semântica entre adoração e culto. Adoração é culto. Culto é adoração⁴⁶.

O culto é um serviço de adoração a Deus, que lhe é prestado como resultado do reconhecimento do que Ele é, da sua majestade, santidade, poder, glória, honra e bondade, por parte da criatura humana, do crente, do adorador⁴⁷.

O louvor é a celebração, a exaltação, o enaltecimento das virtudes divinas, na consciência de que somente Deus é merecedor de louvor e adoração pelo que Ele fez e faz nas vidas⁴⁸. O louvor faz parte da adoração e pode ser expresso pelo canto, leitura bíblica, orações, testemunhos e outras maneiras pelas quais possa o adorador reconhecer o que o Senhor fez e continua fazendo em sua vida.

Cultuar a Deus é tributar-lhe o valor supremo, porque somente Ele é digno de receber a adoração⁴⁹. "É a excelente dignidade de Deus que possibilita a adoração e, quando lhe é oferecida a devoção, louvor e oração. É este pensamento que deve ocupar o primeiro lugar na mente do adorador. Somente Ele é digno de adoração"⁵⁰.

O culto cristão é prestado somente a Deus, havendo nele a participação do homem e de Deus⁵¹.

O culto, como serviço de adoração, é meio através do qual Deus se relaciona com o seu povo e revela a sua vontade, oferecendo ao crente e à igreja oportunidade de diálogo, louvor, confissão, dedicação, intercessão e proclamação.⁵²

Culto é o mistério do encontro do homem com Deus, no qual ele sente a sua finitude, se curva perante a excelcitude do cria-

dor, reconhecendo, ao mesmo tempo, a infinitude e santidade do Deus trino. É a celebração que recorda os atos de Deus⁵³; o diálogo entre o criador e a sua criatura⁵⁴; é a resposta afirmativa à auto-revelação de Deus aos homens e a resposta do homem a Deus. O propósito do culto não é propriamente o recebimento das ricas bênçãos de Deus, mas fazer oferta da vida e tudo que ela representa. É também dinâmico e criativo, e é uma experiência transformadora⁵⁵.

A primeira atividade da igreja é o culto, que deve estar no centro de tudo que a igreja faz, e é a mola principal de toda a sua atividade.

A vida toda e a organização de uma igreja devem emergir do culto, visto ser a igreja fundamentalmente um corpo que cultua. O culto deve ser também a inspiração de tudo que a igreja faz como igreja⁵⁶.

A igreja que cultua a Deus, conforme a Sua vontade, realiza todos os seus programas – evangelismo, missões, educação, beneficência – tudo como culto, visto que são serviços prestados ao Deus a quem ama e serve.

Assim como o culto é vital para a igreja, o é, também, para o crente, que foi chamado para adorar a Deus⁵⁷, cultuando com a sua vida, dons e bens.

Cultuar é pensar em Deus e conversar com Ele, é proclamar as boas novas de Deus e ministrar a um mundo faminto e ferido o nome de Cristo. Adorar é desfrutar do mundo de Deus com gratidão, visto que Ele o fez para nós. Para o cristão, cada ato da vida é um ato de adoração, quando é feito com um amor que corresponde ao amor do Pai⁵⁸.

Os batistas reconhecem a importância, inclusive bíblica, do louvor na adoração, que se expressa através do cântico congregacional, individual, de conjuntos ou coral⁵⁹, por isso creem:

- a. Que o cântico deve cumprir os objetivos do culto a Deus, sendo, portanto, teocêntrico e não antropocêntrico.
- b. Que sua letra deve ser de conteúdo teologicamente correto e conter ensinamentos que proporcionem o crescimento espiritual e a dedicação ao serviço de Deus e à proclamação da Sua salvação⁶⁰.
- c. Que a música deve contribuir para adoração que se quer prestar a Deus, a quem é dirigida; para exaltar a Sua glória e para oferta de gratidão pelas grandes coisas que Ele fez e faz⁶¹;
- d. Que, basicamente, o hino é uma oportunidade para a congregação declarar a sua experiência cristã, à luz das Sagradas Escrituras, e se regozijar coletivamente na doutrina cristã⁶².

Os batistas brasileiros, em resumo, acreditam que cultuar é vivificar a consciência pela santidade de Deus⁶³; nutrir a mente com a verdade de Deus⁶⁴; purificar a imaginação pela beleza de Deus⁶⁵; abrir o coração ao amor de Deus⁶⁶; e dedicar a vontade ao propósito de Deus.⁶⁷

4.10 - Mordomia Cristã

Os batistas brasileiros ensinam e praticam a mordomia cristã, que tem seus fundamentos e sua teologia baseados na Bíblia.

A mordomia cristã é um ensino bíblico e um princípio espiritual que reconhece Deus como o Senhor e dono de todas as coisas, “a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam”, e o homem como responsável pelo uso delas, de acordo com o propósito perfeito desse Deus, a quem presta contas pela qualidade e resultados de sua administração.

Ao praticarem e ensinarem a mordomia cristã, os batistas brasileiros reconhecem:

- a. a precedência do eterno sobre o secular;
- b. a supremacia do espiritual sobre o material;
- c. a transcendência do divino sobre o humano;
- d. a responsabilidade do crente batista de encarnar profeticamente, neste século, os valores eternos;
- e. a necessidade de administrar o mundo material com o mesmo senso de responsabilidade como administra o espiritual;
- f. o conceito bíblico de que o ser humano é cooperador de Deus e participa da obra da redenção, com liberdade e criatividade.

A mordomia cristã está fundada no caráter de Deus e na convicção de que o homem, criado à Sua imagem e semelhança, deve refletir no seu viver as virtudes do caráter de seu Deus. Reconhece, também, que a mordomia cristã compreende a doutrina da criação, a doutrina da redenção, a doutrina da igreja e a doutrina da graça e justiça.

Os princípios da mordomia cristã incluem:

- a. a vida, as ações e as atitudes dos homens;
- b. a personalidade, a influência, a profissão e o trabalho;
- c. a educação e o emprego do seu produto;
- d. os assuntos relativos à economia, à administração e utilização dos bens;
- e. a adoração, testemunho de vida e os propósitos pessoais;
- f. a utilização da vida e dons no serviço do Senhor, para benefício da família, da sociedade, da igreja, do reino de Deus e das realizações pessoais.

Diretrizes:

4.10.1- Reconhecer que mordomia cristã é obediência aos princípios bíblicos e resulta da revelação de Deus e da ação permanente na história e na vida particular de cada um. O mordomo fiel é o que se submete à vontade divina no ganhar, no usar, no investir e no ofertar. Implica um exercício de fé⁶⁸.

4.10.2- Reconhecer na vivência e prática da mordomia cristã a fonte para a formação de recursos humanos e financeiros para o sustento pessoal do crente, de sua família, da igreja, de missões e da obra denominacional.

4.10.3- Estimular as igrejas a ensinarem e praticarem a mordomia cristã com entrega dos dízimos e ofertas alçadas com o objetivo de alcançar o crescimento espiritual do crente, aperfeiçoar sua fidelidade na administração dos bens que o Senhor lhe entregou; aumentar sua generosidade em relação à sua dedicação e sustento da obra de Deus.

4.11 - Sustento, recursos humanos e financeiros

Os batistas brasileiros promovem o sustento do seu trabalho ensinando os princípios da mordomia cristã, que são eficazes para a provisão de recursos humanos e financeiros.

O crente é estimulado a reconhecer em sua vida a soberania de Jesus Cristo, colocando-se como mordomo, dedicando a vida, dons e bens ao serviço do Senhor, portanto, da igreja e da denominação.

As igrejas são solicitadas, como cooperantes da Convenção, a participarem do seu sustento em todos os sentidos, inclusive com contribuições financeiras regulares e ofertas especiais.

Diretrizes:

4.11.1- Incentivar o auto-sustento das entidades convencionais que produzem serviços cujos custos podem ser repassados aos usuários.

4.11.2- Reconhecer, ainda, como legítimo e necessário, o levantamento de recursos provenientes da prestação de serviços entre as entidades convencionais e destas a terceiros, desde que sejam observados seus objetivos e finalidades.

4.11.3- Motivar os crentes a fazerem doações destinadas à formação de fundos que sustentem programas especiais da Convenção.

4.11.4- Estimular a utilização dos dons e capacitação dos crentes no serviço de entidades convencionais ou programas.

4.12 - Relacionamentos

A Convenção tem o propósito de promover, executar, coordenar, cooperar e informar as atribuições inerentes às suas funções e desenvolver relacionamentos necessários ao desempenho de suas responsabilidades.

Estes relacionamentos são estabelecidos com pessoas, igrejas ou entidades, em caráter formal ou informal, conforme indicar cada situação. Quando, porém, exigirem que sejam firmados acordos ou compromissos, eles só serão efetivados através de documentos devidamente aprovados pelo foro competente.

4.12.1- Relacionamentos Constitutivos

4.12.1.1- Com as Igrejas

A Convenção é, por sua natureza e definição estatutária, constituída de igrejas e delas procedem os mensageiros que integram as assembleias convencionais.

a) A Convenção se relaciona com as igrejas em decorrência dos laços cooperativos, isto é, reconhece as ligações determinantes do arrolamento como igrejas cooperantes, mas também as reconhece como igrejas locais e autônomas.

Neste relacionamento, estimula a fraternidade e a participação cooperativa nos planos e programas que objetivam alcançar os propósitos exarados na Filosofia da Convenção.

O relacionamento com as igrejas também visa a ajudá-las em circunstâncias especiais e assessorá-las em seu trabalho local, mediante solicitação.

b) A Convenção se relaciona com os mensageiros enviados pelas igrejas para a formação da Assembleia, constituindo assim o plenário que decide as questões submetidas à sua apreciação.

Neste relacionamento, a Convenção objetiva, pelo funcionamento da Assembleia, receber dos mensageiros decisão quanto à aprovação ou recomendações relacionadas às realizações do exercício findo e aprovação dos planos e programas a serem executados no futuro.

c) O mensageiro está comprometido eticamente com a decisão aprovada pela assembleia, porém sua igreja só assumirá os compromissos que voluntariamente decidir aceitar.

4.12.1.2- Com os membros das igrejas

O relacionamento com os membros das igrejas se dá, especialmente, através do oferecimento às suas igrejas de programas, congressos e cursos que visem a equipá-los para o desenvolvimento de suas atividades e testemunho cristão e para estudar assunto de relevância para toda a denominação e, ainda, para

estimular o seu crescimento e progresso, quer como crente, quer como pessoa.

4.12.1.3- Com os pastores batistas

A Convenção Batista Brasileira se relaciona com os pastores, individualmente, como líderes das igrejas e, coletivamente, através da Ordem dos Pastores.

a) A Convenção reconhece a importância do pastor como líder da igreja e como líder denominacional e o seu valor no plano de Deus.

Neste relacionamento busca oferecer-lhes condições para o efetivo desempenho de suas funções ministeriais, para sua realização pessoal como indivíduo, como família e como participante da obra denominacional.

b) No relacionamento com a Ordem dos Pastores Batistas, a Convenção não só apoia o trabalho que realiza, mas estimula-a a encontrar sempre melhores condições e oportunidades para ampliar e aprofundar sua contribuição ao crescimento dos pastores na compreensão, visão e realização do ministério que lhes foi dado por Deus.

4.12.2- Relacionamentos organizacionais

- a. A Convenção, para realização de seus fins, cria e estabelece entidades que são partes integrantes de sua estrutura e atribui a cada uma delas a competência apropriada para que cumpra a responsabilidade recebida;
- b. Cada entidade é responsável pela área de trabalho que lhe foi atribuída e pelo cumprimento das determinações, planos e programas aprovados pela Convenção;
- c. O relacionamento da Convenção com suas entidades é de autoridade, visto que a ela pertencem, e o relacio-

- namento das entidades com a Convenção é de subordinação;
- d. A Convenção desenvolve seus relacionamentos com suas entidades através de instrumentos adequados a cada situação, inclusive criando o planejamento global e a coordenação de sua execução;
 - e. A Convenção estimula e deseja a cooperação entre as suas entidades;
 - f. A Convenção também se relaciona organizacionalmente com grupos de trabalho e comissões que ela constitui para tratar de assuntos específicos.

4.12.2.1- Convenções Estaduais e Regionais

A Convenção Batista Brasileira tem interesse no trabalho das Convenções Estaduais e Regionais por reconhecer nelas organizações importantes para a realização de objetivos comuns ao trabalho batista brasileiro, e outros que são específicos, porém complementares aos grandes esforços dos batistas, e adequados à integração do povo batista brasileiro.

O relacionamento da Convenção Batista Brasileira com as Convenções Batistas Estaduais e Regionais respeita suas soberanias, entendendo a Convenção, ao mesmo tempo, que tais entidades partem da mesma base comum, as igrejas.

O relacionamento da Convenção Batista Brasileira com as Convenções Estaduais atinge todos os graus cooperativos normais entre os batistas, e aqueles específicos que resultarem de convênios.

4.12.2.2- Associações Regionais de Igrejas Batistas

As Associações Regionais são instrumentos de cooperação e intercâmbio fraterno entre as igrejas batistas de uma região, dentro do campo das Convenções Estaduais ou Regionais.

As igrejas se unem para promover o reino de Deus em suas áreas de atuação.

A Convenção Batista Brasileira reconhece a importância das Associações e as apoia, através das Convenções Estaduais e Regionais. Estimula-as ao bom desempenho de suas funções como entidades de confraternização, de fortalecimento denominacional e como eficaz instrumento de cooperação na integração dos programas estaduais e nacionais, contribuindo para a consecução dos objetivos comuns aos batistas, tanto no âmbito associacional, como estadual e nacional.

4.12.2.3- Missões do Exterior cooperantes com a Convenção Batista Brasileira

A Convenção se relaciona de forma cooperativa com as missões vindas do exterior e que com ela firmam acordos de cooperação para promover a obra de Deus realizada pelos batistas brasileiros no país.

4.12.2.4- Outras Entidades

A Convenção reconhece que há outras instituições, associações ou sociedades criadas por grupos batistas ou por indivíduos, com o objetivo de promover determinado aspecto da obra ou do testemunho batista contidos no texto e no espírito da presente Filosofia, às quais estimula e com as quais se relaciona de forma concreta a partir de uma decisão convencional.

4.12.3- Relacionamento cooperativo denominacional internacional

A Convenção Batista Brasileira reconhece a necessidade de manter laços cooperativos com os batistas do mundo inteiro, por isso estabelece relacionamentos com eles e suas entidades representativas, participando, mediante decisão convencional,

daquelas entidades de caráter mundial, continental ou regional com cujos objetivos e programas concorda.

4.12.3.1- Aliança Batista Mundial

A Convenção Batista Brasileira relaciona-se de forma cooperativa com a Aliança Batista Mundial, como entidade representativa dos batistas em todo o mundo. Por meio dela, a Denominação se reúne para encontrar caminhos com vistas ao testemunho cristão.

4.12.3.2- Batistas Latino-Americanos

A Convenção Batista Brasileira relaciona-se de forma cooperativa com os batistas latino-americanos com o objetivo de fomentar o intercâmbio e a confraternização entre os batistas dos países situados na América Latina, com o propósito de reunir esforços para a evangelização e o testemunho cristão.

4.12.4- Relacionamentos de fraternidade cristã

A Convenção reconhece a existência de outras igrejas evangélicas e organizações que não se identificam totalmente com os princípios doutrinários por ela adotados, com as quais, entretanto, pode estabelecer relacionamentos de fraternidade e de cooperação em determinados momentos, compatíveis com a natureza e objetivos da própria Convenção.

4.12.5- Relacionamento com a sociedade

A Convenção identifica na linguagem de Jesus – de que o crente é o sal da terra e a luz do mundo⁶⁹ e de que foi enviado ao mundo e está no mundo⁷⁰ – um desafio a que exerça a sua ação cristã junto à sociedade e que para isso precisa relacionar-se com ela.

Por essa razão a Convenção busca formas adequadas para se relacionar com a sociedade – visando não só alcançá-la com o

Evangelho, mas também torná-la mais justa e mais permeada pelos ideais cristãos – e para influir em sua forma de pensar e agir.

4.12.6- Relacionamento com o Governo

Não obstante o princípio da separação entre a Igreja e o Estado, sustentado pelos batistas, a Convenção busca relacionar-se com os poderes públicos para oferecer-lhes sua cooperação e influência, de forma a contribuir para que a ação governamental seja eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Judas 3
- (2) Mt 16.18
- (3) At 2.33-47
- (4) Ef 2.19-22
- (5) Ef 5.25-27
- (6) 1Tm 2.3-4
- (7) Ef 4.13
- (8) 2Co 5.17-20
- (9) At 1.8
- (10) Gn 1.1,26; Jo 1.1-3, 10
- (11) Gn 12.1,5
- (12) Mt 1.1-18; Lc 3.23-38
- (13) Mt 4.18-22
- (14) Mt 10.1-7
- (15) Mt 16.16-18; At 20.28
- (16) 1Co 3.9-10
- (17) At 1.23-26
- (18) At 6.1-6
- (19) At 11.4,17,18
- (20) At 15.2,12,19-22

- (21) At 13.1-3
- (22) At 11.28-29; 2Co 8.6,11,16-24
- (23) 2Co 11.8-9; Fp 2.25,4.15-18
- (24) At 20.4-7
- (25) At 14.27-28
- (26) At 12.22-26
- (27) At 14.21-23
- (28) 2Co 11.28
- (29) 1Co 3.9
- (30) Ec 4.9-12; 2Co 9.7
- (31) 1Tm 2.5
- (32) Mt 6.33; At 4.32-35; 2Co 9.10-1 5; 1Tm 6.17-19
- (33) GEISLER, Norman L. *Ética Cristã*. Ed. Vida Nova, p. 153
- (34) Tg 1.27; 5.1-6; Am 2.6,7; 8.4-7; Pv 14.31; 3.9,20; Sl 9.18; 140.12; Dt 15.4
- (35) *Missão da Igreja e Responsabilidade Social* – Ed. JUERP, p. 34
- (36) Prog. DAS – Convenção Batista do Estado de São Paulo, cap. II
- (37) *Jornal Matéria-Prima*, PIB S. Paulo, agosto/92, art. de James Stanley Moore, pp. 22-24 (Resumo)
- (38) *Missão da Igreja e Resp. Social* - Já citado, p. 9
- (39) *Missão da Igreja e Resp.Social* - Já citado, p. 9
- (40) *Filosofia de Ação Social da Convenção Batista do Estado de São Paulo*, item 2.2
- (41) BRYANT, E. Thurmon. *O cristão e a fome mundial*. JUERP, cap. 6
- (42) MELO, José Marques de. *Comunicação Social Teoria e Perguntas*. Ed. Vozes, 6ª ed., p. 11
- (43) Kunsch, Margarida M.K. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. 2ª ed. Summus Editorial, pp. 110 e 111
- (44) Thayer, Lee. *Comunicação Fundamento e Sistema*. Ed. Atlas, p. 35
- (45) *Dicionário Aurélio*
- (46) Hustad, Donald P. *A música na igreja*. Ed.Vida Nova, p. 74

- (47) Sl 148.12-13; 12.14
- (48) Sl 9.l; 98.1
- (49) Ex 20.3-5; Sl 96.6-10
- (50) Martim, Ralph P. A Adoração na Igreja Primitiva. Ed. Vida Nova, pp. 14 e 15
- (51) Dt 6.13
- (52) Sl 42,43,65,84,122
- (53) Is 6.5-8
- (54) Gn 28.22
- (55) Revista Teológica, STBSB, 1985, n°2
- (56) Revista Teológica. Já citada, p. 22
- (57) Jo 4.22-24
- (58) A música na igreja. Já citado, p. 74
- (59) Sl 147.1
- (60) Sl 105.1
- (61) Sl 126.2-3
- (62) A música na igreja. Já citado, p. 223
- (63) Ap 4.8-11
- (64) Jo 8.31,32
- (65) Sl 51.1,2,7,8,10,12,15,17
- (66) At.2.41-47
- (67) Is 6.2-8
- (68) 1Pe 4.17
- (69) Mt 5.13-16
- (70) Jo 17.8, 11

VI

Respostas às perguntas mais frequentes sobre quem são os Batistas

Os Batistas têm convicções em comum com outros cristãos?

Sim, os Batistas têm muitas convicções em comum com outros cristãos: acreditam em Deus como Criador de todas as coisas e como Pai Celestial que chama a si todos os homens.

Os Batistas creem em Jesus Cristo como Filho de Deus encarnado e como Salvador de todos aqueles que nele têm fé.

Eles creem no Espírito Santo como guia sempre presente, que proporciona o conhecimento cristão da vontade de Deus e o poder para seguir a Cristo na vida diária.

Eles creem que a igreja é constituída do povo de Deus que rende culto ao Onipotente, que dá testemunho do seu amor e serve aos seus semelhantes em nome de Cristo.

Os Batistas creem na inspiração e autoridade da Bíblia.

Por que os Batistas formam, à parte, uma família de cristãos?

A resposta está no seguinte conjunto de convicções mantidas pelos Batistas:

- Os Batistas creem que Jesus Cristo é o Senhor e tem plena autoridade nos céus e na terra;
- Os Batistas creem que toda pessoa deve reconciliar-se com Deus mediante o arrependimento de seus pecados e a fé pessoal no Senhor Jesus Cristo;
- Os Batistas creem que o batismo segue a profissão pessoal de fé em Cristo, e introduz o crente na igreja;
- Os Batistas creem que Deus dotou cada homem de dignidade pessoal e liberdade de escolha, e que toda criatura humana deve fazer suas próprias decisões acerca de sua fé;
- Os Batistas creem que todo cristão tem responsabilidade de dar testemunho de Cristo, fazendo-o por palavras e ações.

Qual o conceito dos Batistas sobre a autoridade do Senhor Jesus Cristo?

Os Batistas creem que a mais alta lealdade dos crentes é devida a Jesus Cristo e não a credos, tradições ou instituições religiosas. A suave vontade do Senhor Jesus Cristo está intrinsecamente ligada a todo cristão.

A autoridade de Cristo também significa que ele é Senhor da Igreja.

Nenhum ministro, sacerdote, bispo ou papa tem o direito de exercer a autoridade como se fosse o próprio Cristo (Mateus 28.18). Todo homem tem acesso direto a Deus e o direito de responder por si mesmo, e de alegrar-se com a presença do Senhor no culto e no serviço.

A autoridade de Cristo abrange também os valores morais. Ele satisfaz às mais profundas necessidades de cada homem e acende as mais elevadas aspirações nos seus seguidores. A experiência humana em todos os tempos confirma a verdade dos ensinamentos do Senhor Jesus Cristo. Paz, justiça e compreensão só se tornam realidade quando Jesus domina.

Qual o conceito de fé pessoal?

Há muitos conceitos de fé. Alguns a consideram como um credo ou um conjunto de preceitos a que devemos obedecer. Outros veem nela algo em que temos que acreditar, a despeito da razão. Os Batistas, porém, creem que a fé equivale à confiança e ao compromisso individual. A fé constitui valor espiritual que consideramos acima de nós mesmos.

Existe algo terrivelmente errado no homem. A Bíblia revela que todos os homens pecaram (Romanos 3.23). Nosso mundo não se tornará melhor enquanto o homem não for mudado por dentro. Essa transformação somente será possível pela graça de Deus, através da fé em Jesus Cristo (Efésios 2.8).

A Bíblia também nos diz que “Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (João 3.16). Uma vida nova é oferecida a todos, pois Deus enviou “seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa... a

fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós” (Romanos 8.3,4).

Jesus Cristo é Senhor e Salvador. Sua autoridade é exercida em misericórdia.

A fé e a submissão a Cristo devem ser pessoais. Não é possível ter fé por procuração. O homem não nasce com sua fé, nem esta pode ser-lhe proporcionada por outro. Um ser humano pode ter nascido no seio de uma família cristã, ou num país considerado cristão, mas isso não o faz cristão. Uma pessoa somente é cristã por sua fé e submissão pessoal ao Senhor Jesus Cristo.

Por que os Batistas praticam o batismo só de crentes?

Os batistas creem que a fé surge antes do batismo, e não o batismo antes da fé. Não há regeneração ou salvação no ato do batismo propriamente dito. O batismo é um ato simbólico significando a passagem do crente da vida anterior cheia de pecados, para uma vida nova (Romanos 6.4).

A simbolização do sepultamento da vida passada e a ressurreição para uma vida nova vê-se melhor na imersão, que os Batistas creem ser a forma bíblica do batismo. Os Batistas não batizam crianças que ainda não estejam em condições de sentir a fé salvadora pessoal.

Qual o conceito batista sobre a igreja?

Os Batistas creem que a autoridade de Cristo está diretamente relacionada com a igreja. Deus “pôs todas as coisas debaixo dos seus pés e, para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja, a qual é o seu corpo” (Efésios 1.22,23).

A igreja total é o corpo de Cristo, compreendendo todos aqueles que consideram a Jesus Cristo como seu Senhor.

Os Batistas também creem que a igreja aparece visivelmente nas congregações locais onde os seguidores de Cristo louvam a Deus em conjunto, propagam o Evangelho, ensinam as verdades cristãs e procuram incrementar a santidade de vida e o uso cristão dos bens entre seus membros.

Uma igreja local é uma associação de cristãos que irradia testemunho e serviço pela comunidade e, em cooperação voluntária com outras igrejas, pela humanidade inteira. É organizada conforme o princípio de que todos os membros são iguais em direitos e deveres.

A igreja é de estrutura congregacional e utiliza o processo democrático para as decisões de assuntos administrativos, considerando o Espírito como guia sempre presente, que lhe capacita para levar avante a missão de Cristo (Atos 1.8).

Como observam os Batistas a Ceia do Senhor?

Para os Batistas a ordenança da Ceia do Senhor é um ato simbólico, em memória da morte do Senhor Jesus Cristo, ato de que participam todos os crentes. A observância da Ceia é ocasião de auto-exame, reavivamento e ações de graças dos membros da igreja. Os Batistas não creem que o pão e o vinho sejam literalmente transformados no corpo e sangue de Cristo. Mas a cerimônia focaliza unicamente a presença transformadora do divino Mestre em Espírito.

Como as Igrejas Batistas trabalham em conjunto?

Os Batistas creem que a igreja local deve ser livre para fazer aquilo que considera o melhor sob a orientação do Espírito San-

to, com o propósito de cumprir a comissão de Cristo. Cultivando a maior camaradagem entre os crentes e desenvolvendo programas além de suas possibilidades locais, a igreja é livre para associar-se com outras de objetivos semelhantes.

Os Batistas se reúnem, portanto, em associações, conferências, convenções e uniões nacionais, culminando na Aliança Batista Mundial. Mas a igreja local permanece soberana.

Se bem que tenham suas convicções e conceitos básicos em comum, os Batistas não sustêm os mesmos pontos de vista e opiniões em cada localidade. O extraordinário, entretanto, não são as divergências de práticas, mas o grau de coesão alcançado através da colaboração voluntária.

Como começou o Movimento Batista?

Os Batistas não reconhecem um líder como “fundador” do Movimento Batista. Igrejas do tipo batista surgiram, às vezes espontaneamente, mediante estudo da Bíblia. No século 16, as igrejas anabatistas surgiram paralelamente aos movimentos de reforma da Europa Central. No século 17, as igrejas batistas foram instituídas com vínculos no movimento puritano da Inglaterra.

A perseguição sobreveio a esses crentes de fé não conformista em regiões onde era limitada ou negada a liberdade de consciência, e também quando a igreja oficial e o Estado prescreviam a crença a ser obedecida.

O Movimento Anabatista na Europa Continental foi cruelmente esmagado pelas igrejas oficiais. Os “separatistas” ou não conformistas da Igreja da Inglaterra foram forçados a fugir e a esconder-se.

Um desses grupos migrou da Inglaterra para Amsterdam (Holanda), sob a liderança de John Smith. Em 1609, eles organiza-

ram uma nova igreja nessa cidade, onde a condição de membro se baseava na profissão de fé pessoal, voluntária, precedendo ao batismo. Dois anos mais tarde, alguns desses membros da nova igreja, dirigidos por Thomas Helwys, retornaram à Inglaterra e lá tomaram parte no crescente Movimento Batista, que através de migrações se espalhou pela América.

O grande movimento missionário iniciado com William Carey, da Inglaterra, em 1792, disseminou convicções batistas até o Extremo Oriente e, mais tarde, por quase todo o mundo. Em alguns países, como a Rússia, em 1867, o Movimento Batista começou espontaneamente com pessoas que formaram suas convicções iluminadas pela leitura do Novo Testamento.

Por que estão os Batistas empenhados em Evangelização e em Missões?

Os Batistas creem que a missão de testemunhar (Atos 1.8) e de conquistar novos discípulos (Mateus 28.19,20) é dever de cada crente. Todo cristão é uma testemunha. Sua vida e palavras revelam aos outros sua fidelidade a Cristo. O sal deve salgar, se é sal, e a luz terá que brilhar, se é luz (Mateus 5.13,14).

Os Batistas procuram dar testemunho de Cristo em todas as nações do mundo. Têm grande empenho em tornar a Bíblia acessível ao povo, em sua própria língua. Seu esforço missionário inclui auxílios para saúde e educação, ajuda aos que sentem fome, aos que estão sem agasalho e sem lar.

Eles creem que todas essas obras devem ser feitas em nome de Cristo, e não apenas como um esforço humanístico, alheio ao Mestre (João 15.5). Batistas creem que a pregação do Evangelho deve ser irmã gêmea do serviço aos nossos semelhantes, pois Cristo devotou seu ministério terreno aos pobres, aos oprimidos e aos que sofriam (Lucas 4.4-21). O julgamento final de Cristo

será baseado em nossa compaixão para com os outros, compaixão esta que exprime a nossa fé (Mateus 25.31-46).

Por que estão os Batistas interessados na liberdade religiosa?

Deus criou o homem à sua própria imagem e o dotou de inalienável direito à liberdade.

A lei moral de Deus requer que o homem seja livre para que possa tornar-se responsável.

Os Batistas creem que todos os homens devem ser livres para seguir sua consciência em matéria de religião e que a autoridade civil ou política não tem o direito de traçar normas para a vida religiosa dos cidadãos. Esta liberdade é mais que tolerância, porque a simples tolerância leva a cogitar sobre quem é que tem o direito de tolerar a outrem.

O Estado não tem competência para afirmar ao cidadão em que ponto sua religião está certa ou errada. Quando os homens procuram controlar as igrejas com objetivos políticos, a vida espiritual das igrejas está ameaçada, e quando uma igreja usa o Estado para impor seus credos, comete violência contra a dignidade da criatura humana, proporcionada pelo Criador.

Os Batistas não buscam essa liberdade só para si. Eles lutam por esse direito para todos os homens. Cada pessoa deve ter o privilégio de professar e propagar sua fé ou descrença, fazendo-o a seu próprio modo, contanto que não interfira na ordem ou segurança pública, ou ainda nos direitos dos outros.

Vivem os Batistas conforme suas convicções?

Os Batistas têm vivido, até certo ponto, conforme suas próprias convicções, mas em certas ocasiões eles o fizeram de maneira herói-

ca, chegando até ao martírio. Pelas falhas, porventura havidas, devem arrepender-se e continuar com novas energias a sua missão.

O filósofo dinamarquês Soren Kierkegaard disse: O Cristianismo começa declarando o que o cristão deve ser, e não louvando-o pelo que ele é". E em outra oportunidade o mesmo filósofo escreveu: "Na graça há sempre perdão para o passado, mas nunca liberdade para deixar de lutar".

Quem são os Batistas?

Mais uma particularidade deve ser lembrada: os Batistas são um povo que abriga uma esperança.

Eles creem que Jesus Cristo é o Filho de Deus. Os Batistas estão convictos de que não há outro nome, além de Jesus Cristo, pelo qual devemos ser salvos (Atos 4.12). Eles creem na vitória final do Senhor Ressuscitado (Mateus 25.31; 1Coríntios 15.24-25; 2Pedro 3.13; Apocalipse 11.15).

Este livro foi produzido pela oliverartelucas com as fontes ZapfHumnst
BT e Kozuka Gothic Pro; impresso no papel de miolo Offset 75g e
capa Cartão Triplex 250g em julho de 2010.